Caderno 2

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Cada Pessoa é História em Construção

Metodologia das Conferências



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Ministra: Marina Silva

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretário Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretor: Marcos Sorrentino
Coordenação Geral de Educação Ambiental
Coordenadora Geral: Thaís Ferraresi Pereira
Coordenadora Geral de Cidadania
Coordenadora: Isis Akemi Marimoto Toshi Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Ministro: Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretária Executiva: Izolda Cela

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Secretária: Zara Figueiredo

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretora: Maria do Socorro Silva
Coordenação Geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade
Coordenadora Geral: Rita Silvana Santana dos Santos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ministro: Waldez Góes

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Diretoria Colegiada
Diretora-Presidente: Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretor: Maurício Abijaodi
Diretora: Ana Carolina Argolo
Diretor: Filipe de Mello Sampaio Cunha
Diretor: Nazareno Araújo

Comitê de Editoração:
Coordenador: Joaquim Guedes Correa Gondim Filho
Humberto Cardoso Gonçalves
Luciano Menezes Cardoso da Silva
Secretário Executivo: Nazareno Araújo

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SINGREH E ÀS AGÊNCIAS INFRANACIONAIS DE REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
Superintendente: Humberto Gonçalves
Superintendente adjunta: Renata Rozendo Maranhão

COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO SINGREH E DO SETOR DE SANEAMENTO
Coordenadora: Vivyanne Melo
Coordenadora substituta: Eliana Teles do Carmo

Caderno 2

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Cada Pessoa é História em Construção

Metodologia das Conferências



Brasília, DF
MMA | MEC | ANA
2023

© 2023 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima , Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do MEC ou da ANA, ou o ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em https://https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conf_Infantojuvenil_cad6.pdf/; ou https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/

Equipe Técnica
Neusa Helena Rocha Barbosa (MMA)
Patricia Fernandes Barbosa (MMA)
Jane Fátima Fonteneles Fontana (ANA)

Organização dos cadernos
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Textos e Edição
Sumaya Dounis
Simone Portugal
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Revisão
Taiana Brito Nascimento
Neusa Helena Rocha Barbosa
Renata Rozendo Maranhão
Jane Fátima Fonteneles Fontana

Projeto Gráfico
Gaia Diniz

Fotografia
Acervo do MEC e MMA

Colaboradores

Comissões Organizadoras Estaduais, Secretarias Estaduais de Educação, representantes de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, jovens facilitadores, ex-delegados e equipe técnica das quatro edições nacionais da CNIJMA e da edição internacional.

Essa publicação foi realizada em 2017, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental/EEN - sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Essa 2ª edição foi editada, revisada e atualizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica 586RLA2001 – "Cooperação Sul-Sul", firmado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)".

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nestes cadernos são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Unesco, IICA, ANA, MMA e MEC nem comprometem as organizações.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B827 Brasil.Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
nº2 Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: cada pessoa é história em construção - metodologia das conferências – caderno 2 [Recurso eletrônico]– Brasília : MMA, 2023.

67 p.; tab., graf.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88265-63-5

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Educação ambiental. 3. Qualidade Ambiental. 4. Participação comunitária. 5. Cidadania. 6. Conferência (palestra). 7. Aspecto social 8. Escola 9. Juventude. II. Título. III. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

CDU (2.ed.) 502.15

Patrícia da Silva Soares – CRB 1/1567

Siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
CCN - Comitê Consultivo Nacional
CEN – Comissão Executiva Nacional
CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIEA - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
CIJMA – Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CJ - Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente
CNIJMA - Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COE - Comissão Organizadora Estadual
COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
CON - Comissão Organizadora Nacional
CONFINT – Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTE - Centro de Treinamento Educacional
DEA - Departamento de Educação Ambiental
EA - Educação Ambiental
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FPH - Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l' Homme
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OG – Órgão Gestor da PNEA
ONG – Organização Não Governamental
PAR - Plano de Ações Articuladas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REJUMA - Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
RUPEA - Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental
SAIC - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE - Secretaria de Estado da Educação
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
UF – Unidade Federativa
UnB – Universidade de Brasília
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Tabelas e figuras

TABELA 1 – Evolução da Conferência – Instalação Estadual, Dinâmica Temática e Expansão Internacional
TABELA 2 – Encontros de Metodologia
FIGURA 1 – Distribuição Nacional dos Projetos por Temas da IV CNIJMA

Sumário

Siglas 05

Tabelas e Figuras 05

Apresentação 07

Introdução 10

Caminhos e Princípios 13

Vamos Cuidar do Brasil 15

Diversidade na Escola 18

Mudanças Ambientais Globais 21

O Cuidado é Internacional 25

A Cooperação rumo a Escolas Sustentáveis 27

Métodos e Democracia com Jovens 36

Encontros de Metodologia em Evolução 37

Aprender Fazendo nas Oficinas 39

Encontros da Juventude com a Cidadania 41

Conferência na Escola: Diálogos e Aprendizados 44

Caminhos da Conferência: Municipal, Regional ou Estadual 47

Encontro de Jovens Facilitadores 48

Conferência Nacional 50

- Encontro de Delegados 50
- Encontro de Acompanhantes e Professores 51
- Cerimônias de Encerramento 52

Como jovens e educadores avaliam a CNIJMA? 54

Referências 55

Anexo 59

Apresentação

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o objetivo de mobilizar adolescentes e jovens de todo o país a refletir, discutir e propor ações e projetos no contexto da temática socioambiental, seus desafios e alternativas, para o âmbito da escola, do município, do estado e do país como um todo.

Esta conferência aconteceu pela primeira vez, em 2003, em conjunto com a primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), promovida pelo MMA. Nessa primeira edição, realizada no campus da Universidade de Brasília, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima organizou a CNIJMA em parceria com o MEC; nas demais, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (SECADI) coordenou o processo, sempre em parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Nas cinco edições da CNIJMA realizadas ao longo de quinze anos (2003-2018), participaram mais de 20 milhões de pessoas, entre adolescentes de 11 a 15 anos (como delegado/as), jovens de 16 a 29 anos (como mobilizadores, facilitadores, oficineiros, gestores etc.), professores e adultos das comunidades escolares (acompanhantes e participantes da Conferência na Escola), gestores da educação e do meio ambiente (organização local e nacional). Foram mobilizadas, por edição, em média, 14 mil escolas em todos os estados brasileiros.

Somando-se às conferências nacionais, a Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" (Confint), realizada em 2010, envolveu 62 países, com participação de 47 destes até a Conferência final, realizada no Brasil. Um total de quase 90 mil escolas e mais de 13 milhões de pessoas participaram das discussões sobre as

Mudanças Ambientais Globais, desde as conferências nas escolas.

Esses números expressivos indicam a amplitude, a oportunidade e a necessidade histórica dessa Conferência, que se constitui num chamado à juventude para que compartilhe do enfrentamento aos desafios socioambientais da atualidade, com o fortalecimento dos processos de educação ambiental, da escola, da comunidade de seu entorno e da sociedade.

Outro indicador relevante de sua pertinência foi o surgimento de inúmeras Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), em escolas por todo o país, com vistas à continuidade e permanência da discussão e ação no cotidiano da comunidade escolar. Vale observar também a organização de diversos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente (CJ), com relativa autonomia em relação aos órgãos de governo, bem como da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), que, à época, integrou o Conselho Nacional da Juventude, fortalecendo os processos da Política e da Conferência Nacional da Juventude.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, foi notória a grande participação e o protagonismo de jovens egressos dos processos da CNIJMA, nos diversos eventos realizados.

Por tudo isso, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício do direito à liberdade, previsto no Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". O Artigo 16 deste estatuto especifica que o direito à liberdade compreende os direitos de opinião e expressão, e de participação na vida política.

Esta coletânea é composta por cinco cadernos de avaliação dos primeiros 10 anos da conferência e um caderno sobre a V CNIJMA (2018). Decorridos sete anos da primeira edição, a coletânea ganhou esse novo caderno, sendo também revisada e atualizada em todo o seu conteúdo, graças à parceria com a Agência Nacional de

Águas e Saneamento Básico, que contratou uma consultoria, por meio do Projeto de Cooperação com a UNESCO, bem como o apoio nesta versão impressa da Itaipu Binacional.

Esta segunda edição da coletânea, com seis cadernos, continua avaliando os primeiros 10 anos da conferência, mas também descreve a experiência da V CNIJMA. Esta avaliação foi proposta em 2013 pelo Órgão Gestor da PNEA, em diálogo com instituições parceiras da Conferência, reunidas em sua 4ª edição. O Caderno 1 apresenta um breve histórico com números da primeira década da CNIJMA. O segundo Caderno se dedica a explicar a sua metodologia, em experiência e evolução a cada edição. O Caderno 3 sistematiza resultados de avaliação realizada com os diversos atores envolvidos, o que se soma e interage com "outros olhares", título do quarto Caderno com textos selecionados por edital público, de autoria de lideranças e técnicos locais promotores da Conferência desde a escola até a fase nacional. O Caderno 5 também decorre da pesquisa avaliativa, com contribuições do Órgão Gestor, apresentando propostas e recomendações às edições seguintes. O caderno 6 relata a experiência da V CNIJMA, cujo tema foi o cuidado com as águas, tendo na metodologia e programação aspectos que dialogam com a avaliação dos cadernos anteriores.

Esta publicação procura demonstrar que a Conferência representa, reconhecidamente, para milhões de jovens, um caminho para inserção social e política desse segmento na sociedade brasileira, como um verdadeiro rito de passagem da juventude à cidadania. A sua institucionalização deve ser consolidada e fortalecida como uma política pública de Estado que considera a educação ambiental contribuição relevante à cidadania, por um Brasil mais justo, democrático e sustentável.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação
Órgão Gestor da PNEA

Introdução

A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz,
de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.
Paulo Freire

A concepção político-pedagógica da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente encontra inspiração na educação emancipatória de Paulo Freire, ao buscar o conhecimento pela ação, diálogo e participação. Referencia-se também na reflexão crítica de uma educação para a transformação nos termos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), assim como na proposta de justiça social e de cuidado com a casa comum, presente na Carta da Terra.

Educação, do latim *educere*, significa preparar as pessoas para a sociedade, apresentando as diferenças existentes no mundo. Ou por outra, "'tirar de dentro o que cada um e cada uma têm de melhor', quando motivados pela paixão, pela delícia do conhecimento voltado para a emancipação humana em sua complexa dimensão da beleza e da manutenção da vida". (SORRENTINO e TRAJBER, 2007, p. 16).

Trata-se de uma concepção alinhada com o princípio de que quem aprende, ensina e quem ensina, aprende, ou, como lembra Cora Coralina, "feliz aquele que transfere o que sabe e aprende

o que ensina" (Coralina, 2007). Assim, os processos da CNIJMA procuram valorizar o conhecimento e o saber prévio de todos os participantes, convidando-os a assumirem responsabilidades e a contribuírem com a formação de outras pessoas.

Não é um caminho que busca o enquadramento dos envolvidos, mas sim "a sua adesão a um processo autônomo de construção pessoal e participação na transformação de sua realidade social e ambiental" (ProFEA, 2006, p.12)

As reflexões e atividades propostas no processo da CNIJMA são oportunidades para que as pessoas olhem para si e repensem suas práticas, ao vivenciar experiências de construção individual e coletiva, refletindo sobre caminhos a serem trilhados para a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, na direção de sociedades sustentáveis.

De acordo com Dounis (2014), a visão positivista separa o sujeito que busca conhecer do objeto a ser conhecido. Ao contrário, uma concepção do método dialético se sustenta sobre outro olhar e abordagem dessa relação:

> ***"Concebe a realidade como totalidade histórica, contraditória e mutante, produto da prática transformadora, que exige um esforço teórico prático de conhecimento e transformação, coloca-nos ante os processos sociais com uma atitude fundamental: ter disposição criadora, ter a convicção de que o que hoje existe não é a única realidade possível e que não tem sentido se propor a conhecer a realidade só para 'constatar como é'. É necessário chegar a propor como queremos que seja, que realidade poderia existir. Por isso, assumir uma Concepção Metodológica Dialética significa situar-se ante a história a partir de uma posição profundamente crítica, questionadora e criadora, para enfrentar de forma ativa e consciente os problemas como problemas reais"*** (HOLLIDAY, p. 26).

Por tudo isso, no contexto da Conferência, cada pessoa é história em construção. Por sua própria formação na prática democrática e também por sua contribuição em cuidar e transformar a realidade socioambiental da escola, do estado e do país.

Esse processo de construção é contemplado também pela Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) que, em seu artigo 2º, dispõe que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 2014, p.38).

Este dispositivo legal e os pressupostos acima mencionados respaldaram a elaboração e a evolução da metodologia das Conferências Infantojuvenis, propiciando a articulação de diferentes atores, guiados pelo objetivo comum de desenvolver ações de EA em seus territórios. São aspectos desse conceito fundamental da CNIJMA que pautaram "o jeito de fazer ou o aprender fazendo", que, por coerência, estabeleceu um formato próprio de conferência. Algo que se aproxima das demais conferências de políticas públicas, como a própria CNMA, mas que propõe procedimentos e iniciativas específicas, de acordo com uma faixa etária diferenciada. O seu caráter essencialmente pedagógico, dialógico e compartilhado tem a ver com isso, de modo que o conjunto de atividades é visto como um grande "pretexto pedagógico", capaz de provocar a reflexão sobre as questões socioambientais, motivando o coletivo escolar para intervir em sua realidade.

Caminhos e Princípios



Formação de Facilitadores – 4ª CNIJMA

Motivadas por este pretexto, as atividades evoluíram a cada edição da CNIJMA, iniciando com uma ênfase na etapa nacional, no caso da primeira Conferência. Na ocasião, a novidade era o grande encontro em Brasília. O primeiro ano do governo Lula também gerava uma grande expectativa para a vinda dos jovens "eleitos"[1] à capital federal.

Na segunda e terceira edições, embora permanecesse essa expectativa, ganhou relevância a fase estadual, que, mais tarde, foi tornada obrigatória na quarta Conferência. Ao mesmo tempo, a agenda temática abriu grande leque para os desafios ambientais globais, com as Mudanças Climáticas no mundo ocupando a pauta da terceira conferência, tanto na versão adulta quanto infantojuvenil. Ou seja, nesta 3ª edição, as conferências (adulta e infantojuvenil) se encontram novamente, motivando os preparativos para a Conferência Internacional.

Depois do grande escopo temático e territorial abrangido pela Confint, a escola que sempre foi a *celula mater* do processo passou a ter um destaque ainda maior na 4ª Conferência, tendo sido lançado o desafio das Escolas Sustentáveis. A orientação era voltar ao "chão da escola", conforme propósito da origem da CNIJMA, mas trazendo o olhar e a experiência

1 Escolhidos como delegados e delegadas de seus estados

global desde a segunda edição: *pensar e agir local e globalmente.*

TABELA 1 – Evolução da Conferência – Instalação Estadual, Dinâmica Temática e Expansão Internacional*

	I CNIJMA	II CNIJMA	III CNIJMA	Confint	IV CNIJMA
Slogan	Vamos Cuidar do Brasil	Diversidade na Escola	Mudanças Ambientais Globais	Vamos Cuidar do Planeta	Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis
Tema	Água, Seres Vivos, Alimentos, **Escola, Comunidade**.	**Clima**, Biodiversidade, Segurança Alimentar, Diversidade Étnico-Racial	**Mudanças Socioambientais** Globais (Água, Fogo, Terra, e Ar)	Mudanças Socioambientais **Globais** (Água, Fogo, Terra, e Ar)	Mudanças Socioambientais Globais e **Escolas Sustentáveis** (Água, Fogo, Terra, e Ar)
Foco	Pré-Conferências para a Nacional (6 estaduais)	Dobra número de Conferências Estaduais	21 Estaduais	62 países mobilizados 47 presentes	Conferências em todas UFs

** A V CNIJMA aconteceu entre 2016/2018 (ver o 6º caderno).*

Em diálogo com essa volta substantiva à comunidade escolar, gradativamente consolidam-se os quatro princípios fundantes do processo, formulados em diálogo com os jovens. *Jovem educa jovem,* porque deve-se considerar a sua experiência, seu protagonismo e proatividade como fonte de aprendizado mútuo; *jovem escolhe jovem,* reconhecendo a tomada de decisão por parte dos jovens, associada a potencialidades e talentos; e, *uma geração aprende com a outra,* porque a Conferência reúne diferentes gerações que juntas têm algo a ensinar e a aprender, num diálogo que é fundamental. (DEBONI e MELLO, 2007); acrescentando-se agora o propósito de formação de *comunidades interpretativas de aprendizagem*, onde escolas e comunidades saibam interpretar criticamente o *socioambiente* e promover transformações, a partir de ações e intervenções cooperativas nas realidades locais, voltadas ao bem comum.

O processo de Conferências foi libertador para a minha vida (...) percebi que eu não estava sozinho (...) e pude construir outras bases que hoje me servem de alicerce. Entre elas estão: a importância do agir localmente, o aprendizado com as diferentes gerações, a autonomia dos sujeitos, a participação social e, acima de tudo, o cuidado para com a nossa casa (...), à própria política enquanto instrumento de mudança e geradora do bem comum.

Fernando da Silva Cordeiro, 25, Facilitador na 3ª CNIJMA
e na Confint, e CJ na 4ª CNIJMA – Natal/RN

Vamos Cuidar do Brasil



Plenária da 1ª CNIJMA – Campus da UnB – Brasília - 2003

Essa "convocação à galera" lançada para a 1ª Conferência tomou emprestada a expressão da Carta da Terra, "formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros (...) da Comunidade de Vida", para discutir nesta edição os temas: água, seres vivos, alimentos, escola e comunidade.

Os resultados da Conferência na escola foram consolidados com:

- Proposta da escola de política ambiental (em três linhas) sobre COMO VAMOS CUIDAR;
- Cartaz comunicando a proposta à comunidade;
- Escolha de um delegado ou delegada por escola (pública e privada, urbana e rural) entre 11 e 15 anos, matriculado entre 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental (em 2023, anos finais do ensino fundamental); e,
- Três fotos mostrando como foi o processo na escola.

A Comissão Organizadora no Estado (COE) - constituída por representantes de

instituições públicas, privadas e da sociedade civil (organizações não governamentais, associações, sindicatos) e membros de movimentos e organizações de juventude (Conselho Jovem) - foi a responsável pela triagem e sistematização das propostas, mas foi o Conselho Jovem que fez a seleção final de trabalhos e delegado/as. Jovens de 16 a 25 anos eram convidados a participar por meio desse conselho.

Além destes, também foram convidados a organizar conferências jovens não escolarizados, pertencentes ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), com grande expressão pública naquele período. Foram eleitos 7 delegados do MNMMR, provenientes de 4 unidades federativas (AL, AP, DF, PE). Jovens de escolas indígenas e quilombolas também participaram já nesta primeira edição.

Tinham direito a voz e voto nas Conferências das Escolas, alunos(as) matriculados(as), em qualquer série ou grau. Professores e a comunidade escolar participavam com direito a voz apenas. Toda a orientação quanto a princípios e critérios, programação e metodologia a ser adotados na Conferência na escola, que teve prazo de 30 dias para acontecer (1 a 30/09/2003), foram estabelecidos pela publicação "Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola".

Entre 8 e no máximo 14 delegados foram escolhidos em cada estado, seguindo a proporcionalidade de escolas participantes em relação ao número total de escolas de ensino fundamental do Estado. A escolha considerava a proposta da escola e também os cartazes, de acordo com critérios do Passo a Passo. Havia uma adesão mínima de escolas que era de 5%. A delegação estadual observava:

- Equilíbrio de gênero (meninos e meninas),
- Representatividade entre meio rural e urbano, capital e interior, escolas públicas e privadas, e
- Representantes de diferentes etnias.

A Coordenação Nacional da Conferência reuniu e organizou as propostas cadastradas pelas COE, formulando o Documento Base da etapa nacional "Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável", e aglutinando as proposições mais recorrentes em cada um dos 5 temas desenvolvidos desde a Conferência nas escolas, num total de 50 propostas, de um universo de 15 mil. Este documento preliminar retornou aos estados para que as COE realizassem atividades preparatórias com as delegações, incluindo muitas vezes os pais e

responsáveis por delegados(as).

> ***Para a construção do Documento Base "Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável", a Coordenação Nacional organizou as propostas que estavam cadastradas até o dia 11/11/03, realizando levantamento considerando os 5 temas água, seres vivos, alimentos, escola e comunidade. Ao longo da segunda quinzena de novembro, alguns Estados ainda se encontravam sistematizando propostas, devido ao volume de trabalhos recebidos e capacidade da COE de mobilizar voluntários e parceiros. (...) Foram agrupadas dez propostas de cada tema, escolhendo dentre as mais recorrentes aquelas que expunham suas idéias de forma mais completa. (...) Uma versão preliminar deste Documento foi encaminhado para as COEs (...), visando subsidiar as atividades preparatórias que estas estavam planejando e implementando junto às suas respectivas delegações, com o objetivo de prepará-los para participação na Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.***
> (Trecho do Relatório da 1ª CNIJMA, MEC/MMA, 2003).

Metodologias participativas, dinâmicas e educomunicação (spots de rádio, jornais, vídeos) facilitaram a priorização entre as propostas do Documento Base para a formulação da Carta "Jovens Cuidando do Brasil". Além disso, foram realizadas atividades como a Trilha da Vida, integração com jovens estrangeiros, conversa com a Ministra Marina Silva, jogos e atividades culturais.

> ***Continuo trabalhando com a pauta da Educação Ambiental, que além de minha carreira é também minha motivação e minha luta pessoal. Ter participado do CJ e da equipe das Conferências foi uma escola para a Vida, que transformou minha trajetória pessoal e profissional.***
> Naiara Moreira Campos, 33, Membro de CJ na 1ª e 2ª e Facilitadora da 3ª, Confint e 4ª CNIJMA – Brasília/DF

Diversidade na Escola



Delegado(a)s da 2ª CNIJMA – Brasília - 2006

A 2ª Conferência salientou o desafio da diversidade biológica e étnico-racial, bem como das mudanças climáticas e da segurança alimentar dilatando o calendário de discussões no ambiente da escola. Assim, a comunidade escolar pode realizar conferências ainda no segundo semestre de 2005 e a etapa nacional aconteceu em abril de 2006. Desta vez, portanto, a Conferência Infantojuvenil não ocorreu simultaneamente à Conferência de Meio Ambiente (adultos), conforme a primeira edição.

Esta Conferência foi conduzida por uma Coordenação Executiva Nacional (CEN), constituída pelas equipes do MEC e do MMA, sob a orientação da Comissão Orientadora Nacional (CON), que era composta por órgãos governamentais e organizações sociais de abrangência nacional, com atuação direta em educação, inclusão, diversidade e meio ambiente (MEC, 2006). A CEN formulou e distribuiu às escolas a publicação Passo a Passo, que orientou as COE e organizou a etapa nacional. Desta vez o Passo a Passo foi veiculado também por vídeo, apoiado por inserções de imagem e som em meios televisivos especializados[2] e emissoras de rádio.

2 No caso da 1ª CNIJMA a veiculação na TV foi feita no horário institucional do MEC, graças ao apoio do então Ministro Cristóvão Buarque.

A II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, lançada em 5 de junho de 2005, consistiu em duas etapas:

- *a mobilização das escolas e comunidades durante o segundo semestre de 2005 ; e*
- *o evento nacional de produção coletiva da Carta das Responsabilidades realizado de 23 a 28 de abril de 2006, em Luziânia-GO.*
- *As etapas foram coordenadas em três escalas de gestão:*
- *Centralizada – Nacional - equipe de Coordenação Nacional da Conferência MEC/MMA, sediada em Brasília;*
- *Descentralizada – Estadual/Municipal – Comissões Organizadoras Estaduais; e*
- *Difusa – Local – Escolas e Comunidades.*

(Trecho do Relatório da 2ª CNIJMA, MEC/MMA, 2006).

Nesta 2ª Conferência, os Conselhos Jovens tornaram-se Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente , de acordo com deliberação do 2º Encontro de Juventude e Meio Ambiente, que antecedeu a 2ª CNIJMA. A faixa etária abrangia 16 a 29 anos. A participação nas COE ganhou maior relevância e foram consolidados os princípios, jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra, que se tornaram praticamente "cláusulas pétreas" da CNIJMA.

Houve também uma alteração na faixa etária dos delegados e delegadas da Conferência, com crianças e adolescentes de 11 a 14 anos, na data da etapa nacional, frequentando de 5ª à 8ª série do ensino fundamental.

Quatro temas - mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial - pautaram as comunidades escolares, suas responsabilidades, ações e cartazes, com base em Acordos Internacionais assumidos pelo Brasil, como de Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Nutricional e Diversidade Étnico-Racial.

Cumpriu função estratégica na mobilização da comunidade escolar, nesta edição, a Oficina de Conferência, a partir da qual a proposta metodológica pôde ser desenvolvida com maior eficácia por parte das COE junto a escolas, jovens, professores e colaboradores, além de ter qualificado a divulgação das informações. Técnicos das secretarias de

educação, representantes de organizações e movimentos sociais, lideranças comunitárias, diretores e professores de escolas conheceram os temas, simularam a realização de uma Conferência e aplicaram as orientações da publicação e do vídeo "Passo a Passo".

Os delegado(a)s e seus suplentes foram eleitos, um por escola, assumindo uma responsabilidade, definindo uma ação com base nos Acordos Internacionais e criando um cartaz que expressasse um compromisso coletivo. Nesta edição utilizou-se a internet para inserção dos resultados de cada Conferência, com o envio do cartaz para a Comissão Organizadora Estadual.

O tema da diversidade propiciou maior atenção às ações afirmativas, com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Ação Afirmativa, que teve ampla participação de órgãos de governo e organizações sociais afins. Este GT articulou a participação das comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais, além de grupos de meninos e meninas em situação de rua que somaram 64 delegados na plenária final.

Alguns eventos preparatórios contribuíram significativamente para um adensamento qualitativo na apropriação dos temas com vistas à etapa nacional. As COE realizaram encontros preparatórios das delegações estaduais com seus acompanhantes, integrando a delegação, organizando apresentações culturais e antecipando a continuidade do processo.

Às vésperas da Conferência Nacional, em Luziânia/GO (abril de 2006), realizou-se também uma formação para a equipe de facilitação, com integrantes dos Coletivos Jovens, jovens latino-americanos e monitores, sobre a aplicação da metodologia. Com base na avaliação dos próprios facilitadores, houve ainda um aprimoramento de aspectos da metodologia.

Conheci o Brasil através de histórias, saberes, sorrisos, dizeres, ritmos, sonhos, me trouxe amigos pra vida toda, relatei essa vivencia em pesquisa (TCC), mostrando que as experiências enraizaram e frutificaram; aprendi como lição de vida, e ensino como uma lição de amor; Gratidão a Deus pela oportunidade!

Elineusa Pereira da Silva, 36, Professora, Facilitadora
na 2ª e 3ª CNIJMA – Alta Floresta/MT

Mudanças Ambientais Globais



Entrega da Carta de Responsabilidades – Teatro Nacional de Brasília - 2009

A 3ª Conferência Infantojuvenil acompanhou a Conferência Nacional de Meio Ambiente e debateu o tema das Mudanças Climáticas, no contexto mais amplo das Mudanças Ambientais Globais.

À luz dos quatro elementos, terra, fogo, ar e água, os subtemas foram definidos como: atmosfera e mudanças climáticas; biodiversidade e a questão da homogeneização, das queimadas e desmatamento; a água e o problema da escassez, da poluição e da desertificação; energia e mobilidade, com a questão do modelo energético atual e dos transportes. As escolas trabalharam a perspectiva das ciências, dos saberes tradicionais e as bases de sustentação da vida humana no planeta, por um lado, e, por outro, a intervenção tecnológica desvinculada de uma ética de sustentabilidade, provocando impactos importantes sobre a qualidade de vida.

A qualidade temática desta 3ª edição ganhou muito com a decisão das COE de 21 estados, que resolveram promover encontros regionais ou Conferências estaduais, reunindo

delegados eleitos nas escolas para outros debates aprofundados sobre os temas e subtemas, e elaborando, inclusive, uma "Carta de Responsabilidades Estadual" às autoridades locais.

> ***Eu era um adolescente de 13 anos do interior do Piauí, em processo de descoberta do mundo. A pluralidade à qual a CNIJMA me inseriu quebrou as fronteiras e limitações impostas pela realidade, me fez acreditar e ter esperança em um mundo melhor e que eu, como jovem, poderia fazer parte da construção desse mundo. (...) Empolgado, terminei me envolvendo com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente, momento em que ajudei na construção da conferência estadual do PI na IV CNIJMA.***
>
> Júlio César de Moura Luz, 21, Delegado* na 3ª e CJ na 4ª CNIJMA – Picos/PI

Com o "Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola"[3], a escola e a comunidade elegeram um(a) delegado(a) e seu suplente (entre 11 e 14 anos), assumiram uma responsabilidade, aprovaram uma ação relacionada às temáticas pautadas. Foi criado também um cartaz que traduzia um compromisso coletivo. Os resultados de cada conferência foram cadastrados no sítio eletrônico do MEC pela escola e a carta-resposta com o cartaz foi encaminhada à COE, confirmando a Conferência na escola (MEC, 2009). No caso de jovens de escolas indígenas, quilombolas ou de assentamento rural, a idade era a mesma, mas não houve restrição quanto a série que estivessem cursando.

PASSO A PASSO PARA A 3ª CNIJMA NA ESCOLA

Publicação Mudanças Ambientais Globais: pensar + agir na escola e na comunidade

O assunto é complexo, então criamos um texto para cada subtema - voltado para as escolas do ensino fundamental - que descreve de maneira didática e provocativa os problemas que afetam os sistemas naturais e as populações humanas:

- *Água / Hidrosfera / Recursos hídricos / Desertificação*
- *Ar / Atmosfera / Ar e clima / Mudanças Climáticas*
- *Terra / Biosfera/ Biodiversidade / Desflorestamento*

3 Material de orientação a professores e alunos nas escolas, elaborado desde a primeira Conferência.

*Os depoimentos de delegado(a)s em toda esta coletânea foram colhidos entre os anos de 2014 e 1016. Por isso, verifica-se idades superiores ao intervalo de 11 a 14 anos (ou 11 a 15, no caso da 1ª CNIJMA), conforme o regulamento da Conferência.

• Fogo / Sociosfera / Energia e Mobilidade / Matriz energética e transportes

Todos os subtemas tratam do impacto do sistema de produção e consumo, do consumismo e da geração de resíduos. Os subtemas são trabalhados sob dois pontos de vista: por um lado, as bases de sustentação da vida das sociedades humanas no planeta e, por outro, a intervenção das tecnologias, feita de forma desvinculada de uma ética voltada para a sustentabilidade.

I) Estudando o subtema

Com Biologia, História e Geografia estudam-se fenômenos naturais; o fenômeno em si, o ciclo original, antes da intervenção acelerada das ações humanas, o ciclo impactado principalmente a partir de 1950; como é a situação atual no Brasil.

II) o que fazer?

Mostram-se alternativas de mitigação (governos e empresas) e de adaptação às novas condições da humanidade com o planeta e, principalmente, aquelas preventivas, que são educadoras.

Sugestões de atividades para a sala de aula; pôster acompanha também o material de estudo ilustrando as relações entre meio ambiente e ação humana.

PROJETOS DE PESQUISA: *o primeiro passo a ser dado na busca desse conhecimento é a dúvida, pois é sempre a partir de uma pergunta e um problema que iniciamos um projeto de pesquisa.*

Por exemplo:

• Como é separado e descartado o lixo da sua família? E na escola?

• Existe coleta de lixo no município? Como ela é feita? Como é tratado esse lixo?

• Nas ruas perto da escola, há latas de lixo, e elas são usadas?

• Há programas de reutilização e reciclagem na sua comunidade? Quais outros dos Cinco Rs vocês praticam?

• Existe alguma Associação de Catadores na sua cidade? A Escola dialoga com a Associação?

OS CINCO R'S

Quando a gente pensa em lixo, a primeira coisa que vem a nossa cabeça é Reciclagem.

Mas não podemos perder de vista todos os "R"s que podemos praticar no dia-a-dia e nessa ordem:

- *Refletir sobre os nossos hábitos de consumo;*
- *Recusar produtos que causem danos ao meio ambiente ou a nossa saúde;*
- *Reduzir a geração de lixo;*
- *Reutilizar sempre que possível;*
- *Reciclar, ou seja, transformar em um novo produto.*

(Trechos da Publicação"Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na escola" MEC/MMA,2005).

Esse material didático apresentava o desafio às escolas, de realizarem projetos de pesquisa relacionados aos subtemas da Conferência, ressaltando o conceito de educomunicação, como instrumento de criatividade e expressão com maior potencial de intervenção na realidade cotidiana.

Nesta terceira Conferência, a CEN produziu a publicação Passo a Passo, divulgou por meio de vídeo (30 segundos) em TVs abertas e rádios de todo o país, formou enraizadores, captou recursos e organizou o evento nacional.

O Programa Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil visa potencializar a educação ambiental em todas as regiões e territórios do país e contribuir para o empoderamento dos distintos atores e atrizes que atuam em educação ambiental, educação popular, comunicação ambiental e mobilização social. Essa ação processual caminha em duas perspectivas: a da articulação – entre pessoas, instituições e coletivos e colegiados – e a da capilaridade – chegar à totalidade da população (OG, 2006).

O repasse de recursos financeiros do MEC, por intermédio do FNDE (Resolução nº 54/2007) para as secretarias de Educação dos Estados, representou um salto de qualidade no trabalho das COEs, que mobilizaram escolas e comunidades, organizaram oficinas preparatórias de formação, apoiaram o cadastramento e a seleção das escolas, e ainda realizaram conferências regionais e estaduais (MEC, 2009).

O Cuidado é Internacional



Painel de debates da Confint – Brasília - 2010

O sucesso da Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" confirmou a oportunidade e conveniência dessa política pública, mas também o seu impacto corresponde à maneira de fazer, ou seja, a sua metodologia. O tema da 3ª CNIJMA, Mudanças Ambientais Globais, sustentou a mobilização e o debate para além das fronteiras do Brasil. Mais do que isso, naquela conferência foi realizado o Encontro de Observadores Internacionais, com 64 pessoas representantes de Ministérios de Educação e da sociedade civil de 40 países, o que potencializou a expansão internacional dessa mobilização de jovens.

Ao compartilhar experiências, dialogar sobre a temática e observar o evento nacional, esses representantes voltaram motivados para a realização da Confint em seus países, o que aconteceu no ano seguinte, em 2010.

A conferência está presente na minha vida cotidianamente, desde a forma como eu vejo o mundo até as tecnologias sociais que aplico no meu trabalho e na minha vida.

Gabriela Barbosa Batista, 31, Membro de CJ na 1ª CNIJMA e Facilitadora de 2ª à 4ª CNIJMA e na Confint

A seleção de delegados(as) nacionais seguiu um Regulamento Internacional. Cada país poderia escolher sua delegação de maneira adequada a sua realidade, em um processo democrático e participativo, assegurando-se a diversidade étnica. Nas conferências realizadas pelas sete nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os facilitadores de Coletivos Jovens foram os responsáveis pela eleição de delegados(as) para as Conferências Nacionais. Os processos nacionais foram bastante diversos, variando de acordo com a organização de cada país.

Para a seleção de 12 representantes brasileiros, foi elaborado o "Circuito de Aprendizagem", um jogo online de formação e implementação de projetos baseado na Carta das Responsabilidades, no qual interagiram delegados e delegadas que estiveram presentes na 3ª Conferência. Cada região do país elegeu um menino e uma menina, além de dois representantes das ações afirmativas, indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, para participar da etapa internacional.

Como nas edições nacionais anteriores, na Confint cada escola elegeu uma responsabilidade e uma ação, com base nas temáticas propostas e no cuidado coletivo pelo socioambiente. Tudo isso expresso em cartazes, com três fotos comprovando a realização da conferência na escola.

Delegados(as) priorizaram e qualificaram as ideias mais significativas sob seus pontos de vista, a partir da síntese das responsabilidades das escolas, produziram materiais de educomunicação e elaboraram as Cartas das Responsabilidades, expressando responsabilidades e compromissos de cuidado e defesa do meio ambiente.

É uma prova da força desta metodologia, tão "simples" e "eficiente", o que lhe permite adaptar-se a diferentes contextos, e também no tempo (...). No nível pessoal, isso me motiva em preparação para a próxima Conferência Européia, porque a dinâmica está, de fato, enraizada em alguns países. Delphine Astier, atuou pela ONG Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l' Homme, patrocinadora da Confint /2010 e promotora de Conferências Infantojuvenis, na Europa, em seguida à Confint

A Cooperação rumo a Escolas Sustentáveis



Encontro de Facilitadores da 4ª CNIJMA - 2013

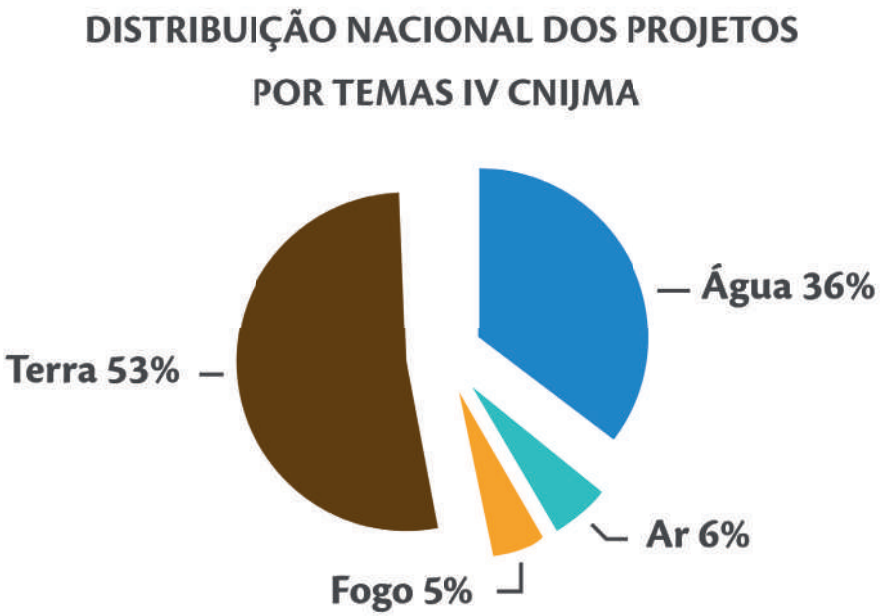
A 4ª Conferência lançou um desafio a quase 17 mil escolas mobilizadas: a elaboração coletiva de projetos de intervenção pela transformação das escolas em Espaços Educadores Sustentáveis considerando os temas de estudo e pesquisa classificados pelos quatro elementos: Terra, Fogo, Água e Ar. "Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis" era o propósito deste encontro, ressaltando a função da Com-Vida, que, formada por alunos, professores e funcionários, é um coletivo capaz de acompanhar e contribuir para as metas de sustentabilidade, promovendo a interlocução entre a escola e a comunidade.[4]

Entre as 16.538 escolas que participaram do processo da 4ª CNIJMA, conforme gráfico a seguir, o tema de maior escolha para idealização dos projetos foi Terra, com 53%. O segundo

4 Ver mais informações sobre os processos na escola no item "Conferência na Escola: Diálogos e Aprendizados".

tema mais escolhido para ser trabalhado foi Água, com 36% e Fogo e Ar que tiveram percentuais próximos, 5% e 6%, respectivamente.

Figura 2



Fonte: Relatório Final da IV CNIJMA (MEC, 2013)

Na preparação desta Conferência, em agosto de 2012, nas proximidades de Brasília, foi realizado o Encontro das COE, que teve a participação de 104 pessoas - quase 100% dos convidados – e propiciou uma troca de experiências, além da preparação de aspectos importantes desta quarta edição, como a distribuição do material de orientação e a definição de datas para as etapas municipais, regionais, estaduais e nacional da 4ª Conferência.

Conferência Municipal e Regional (Opcional) – Em seguida à realização das Conferências nas Escolas, no contexto da 4ª CNIJMA, as COE promoveram Conferências Municipais ou Regionais com o objetivo de consolidar os temas discutidos nas escolas, propiciando uma interlocução regional ou municipal e elegendo uma delegação.

Foi também oportunidade para delegado(a)s apresentarem os projetos de ação das Escolas, bem como os produtos de educomunicação. Quatro projetos foram selecionados

(um para cada subtema), sendo socializados na Conferência Estadual. Delegado(a)s representantes das escolas cujo projeto foi escolhido, representaram o município ou a região na Conferência Estadual. Os demais foram eleitos por seus pares. O total de delegados(as) por município e/ou região ficou a critério de cada COE na etapa estadual.

O Regulamento Nacional orientou a construção de regulamentos próprios, elaborados pelas COE em cada estado, orientando as etapas Estaduais ou Regionais, conforme especificidades regionais (MEC, 2013).

Conferência Estadual – Como **a 4ª edição estabeleceu a obrigatoriedade desta etapa,** todos os estados realizaram Conferências, reunindo delegados e delegadas eleitos nas etapas municipais, regionais ou nas escolas, onde foram apresentados os projetos pré-selecionados, e escolhidos os quatro (um por tema) que participaram da etapa nacional.

A Conferência estadual foi oportunidade também para adensar conteúdos e partilhar conhecimentos, despertando o interesse dos jovens para o tema socioambiental, motivando para a ação e estimulando a criação de novas Com-Vida nas escolas. Houve ainda atividades formativas.

A seleção dos projetos de ação em todas as etapas observou alguns critérios:

- Coerência - Conexão ou nexo entre a ação e o tema "Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis";
- Recorrência no subtema - Conexão ou nexo entre a ação e o subtema escolhido: terra, água, fogo e ar;
- Viabilidade - Exequibilidade financeira, técnica e conforme o cronograma apresentado;
- Clareza - Transmissão do conteúdo de maneira compreensível, concisa, clara e objetiva;
- Consistência- coesão entre as etapas do projeto.

Quando houve empate, considerou-se a pontuação maior na somatória alcançada

pelos critérios "viabilidade de execução" e "coerência com o tema", bem como o delegado(a) mais velho(a) até o limite de idade definido (14 anos), completados até a data da Conferência Nacional.

Além dos critérios para a seleção dos projetos sugeridos pelo Regulamento Nacional, também foram indicados alguns critérios de seleção da delegação estadual, adotados pela maioria dos estados ao selecionar suas delegações. São eles:

- Jovem escolhe Jovem;
- Equilíbrio de gênero;
- Redes de ensino que participaram de outras etapas;
- Estudantes de diferentes regiões;
- Representantes do campo e da cidade;
- Diversidade étnica racial;
- Participação de estudantes com deficiência.

Cada estado realizou um encontro preparatório com a delegação eleita na Conferência Estadual, com o propósito de orientar a participação na etapa nacional, incluindo a preparação da apresentação cultural (MEC, 2013).



Abertura da 4ª CNIJMA, em Luziânia/GO

Em sua etapa nacional, a Conferência envolveu a participação de mais de mil pessoas. Eram 673 delegadas(os) das escolas, acompanhados por 89 pessoas designadas pelas COE, além de acompanhantes de estudantes indígenas e com deficiência. Os facilitadores somavam 54 jovens, representantes de Coletivos Jovens, ao lado de 56 oficineiras(os) e 25 técnicas(os) do MEC e MMA. A novidade desta edição foi a presença de 108 professores convidados, que tiveram uma programação específica no Encontro de Educadores.

O objetivo deste encontro era fortalecer a EA nas escolas e nos sistemas de ensino; contribuir para a construção e o adensamento conceitual do Programa Nacional Escolas Sustentáveis; socializar os aprendizados construídos ao longo dos processos estaduais de Conferência; e, instrumentalizar os professores para a continuidade das ações nos estados, na volta deste encontro nacional.

A minha participação foi de colaborador na implantação das atividades e criação de grupos ecológicos e Comissões COM-VIDA nas escolas (...), na coordenação de grupos ecológicos e colaborando para implantação de várias Pastorais da Ecologia.
João Bosco Batista, 47, Professor, membro de CJ da 2ª à 4ª CNIJMA - Cruzilia/MG

"A 4ª CNIJMA trouxe uma inovação ao promover a união entre Sustentabilidade e Cooperação, a sustentação, que fortalece e embasa os propósitos transformadores já trabalhados historicamente nas edições anteriores da Conferência" (MEC, 2013). Assim a metodologia desta Conferência foi orientada pela Pedagogia da Cooperação[5] - amplamente aplicada durante a V CNIJMA, em 2018 - tendo como princípios, conforme o Guia do Participante (2013):

- **A coexistência:** estamos juntos nesse jogo e tudo o que pensamos, sentimos, fazemos ou não fazemos afeta a todos os outros, e cada um é afetado por todos. Na escola, no trabalho, na comunidade e na família é importante recuperar a consciência dessa interdependência.

- **A Com-vivência:** Reconhecer-se uma pessoa importante e valiosa por ser exatamente quem se É, assim como outras pessoas são igualmente importantes e valiosas.

5 Essa metodologia é composta por princípios, práticas e procedimentos orientados por uma cultura cooperativa nas relações humanas. Numa sociedade competitiva como a nossa, faz todo o sentido se desenvolver um ser e fazer diferentes, marcados pela cooperação e colaboração (ver Caderno 6).

- **A Cooperação:** Compreender que somos socializados e socializamos os outros para a cooperação – e para a competição – através da educação, da cultura e da informação. É preciso nutrir e sustentar permanentemente a cooperação no cotidiano pessoal, comunitário e planetário, como uma conduta ética vital.

- **A Comunidade:** Considerar nossa coexistência como um fato da vida e a cooperação como uma prática diária, tendo a comum-unidade como o ambiente onde podemos cultivar o Espírito de Grupo. Muitos PROCESSOS nos permitem exercitar o ser-estar cooperativo.

Essa metodologia pedagógica valoriza o diálogo, a participação e a inclusão de todos, estimulando a construção coletiva, por meio de Jogos Cooperativos, Danças Circulares, Facilitação Gráfica, entre outras dinâmicas.



Dança circular na 4ª CNIJMA: "diversidade de povos e unidade planetária"

Com este sentido, a programação desta Conferência, em cinco dias, propiciou a convivência em grupos de trabalho que iniciaram com conversas sobre os projetos de ação das escolas, de acordo com os subtemas Terra, Fogo, Água e Ar, sempre seguidos, no período da tarde, por oficinas, e, à noite, por apresentações culturais e artísticas sobre os estados e o Brasil.

A pauta do terceiro dia reservou espaço importante para um debate sobre Escolas Sustentáveis, que serviu para preparar estudantes, acompanhantes e professores para o encontro com a Presidente da República e os ministros da Educação e Meio Ambiente, no Palácio do

Planalto, onde foram lidos documentos e entregues mais de 100 projetos das escolas.

De volta a Luziânia, onde a Conferência aconteceu, mais uma vez, em espaço concentrado para hospedagem, alimentação e encontro, seguiram-se, no quarto dia, as oficinas temáticas, concluindo à noite com uma rodada de apresentações culturais das delegações, na Noite dos Brasis.

O encerramento da 4ª CNIJMA reservou o quinto dia para um "Momento Com-Vida", com o objetivo de sensibilizar, informar e fortalecer essas Comissões para a continuidade das ações nas escolas. Ainda houve tempo para socializar-se os resultados das oficinas e também realizar uma celebração final.

As oficinas trabalharam com publicidade, rádio, fotografia, Teatro do Oprimido, enfrentamento de riscos e desastres socioambientais, biodiversidade do entorno, animais silvestres, consumo consciente e geração de resíduos, Capoeira de Angola, permacultura, energia, Mão na Água e TV Escola, além de atividades como a Trilha da Vida e o Túnel do Tempo.

PASSO A PASSO PARA A 4ª CNIJMA NA ESCOLA

Como será a 4ª Conferência?

Primeiro Momento: *Conferência na Escola (etapa obrigatória): A Conferência na Escola é o momento mais rico do processo, pois permite à comunidade escolar (estudantes de todos os turnos, professores, funcionários e representantes da comunidade):*

a) Conhecer e debater o tema proposto e suas relações com as questões ambientais locais e globais.

b) Pensar sobre os desafios de transformar a escola em um espaço educador sustentável.

c) Reconhecer as questões socioambientais no território da escola, valorizando os diversos saberes e olhares sobre a realidade onde a escola está inserida.

d) Criar e fortalecer a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) como espaço de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e

prevenção de riscos e emergências ambientais.

e) Buscar soluções locais para melhorar o espaço, a gestão e o currículo da escola e sistematizar esses conhecimentos em um material de educomunicação (vídeo, cartilha, manual, jogo cooperativo, uma campanha, spot de rádio, entre outros).

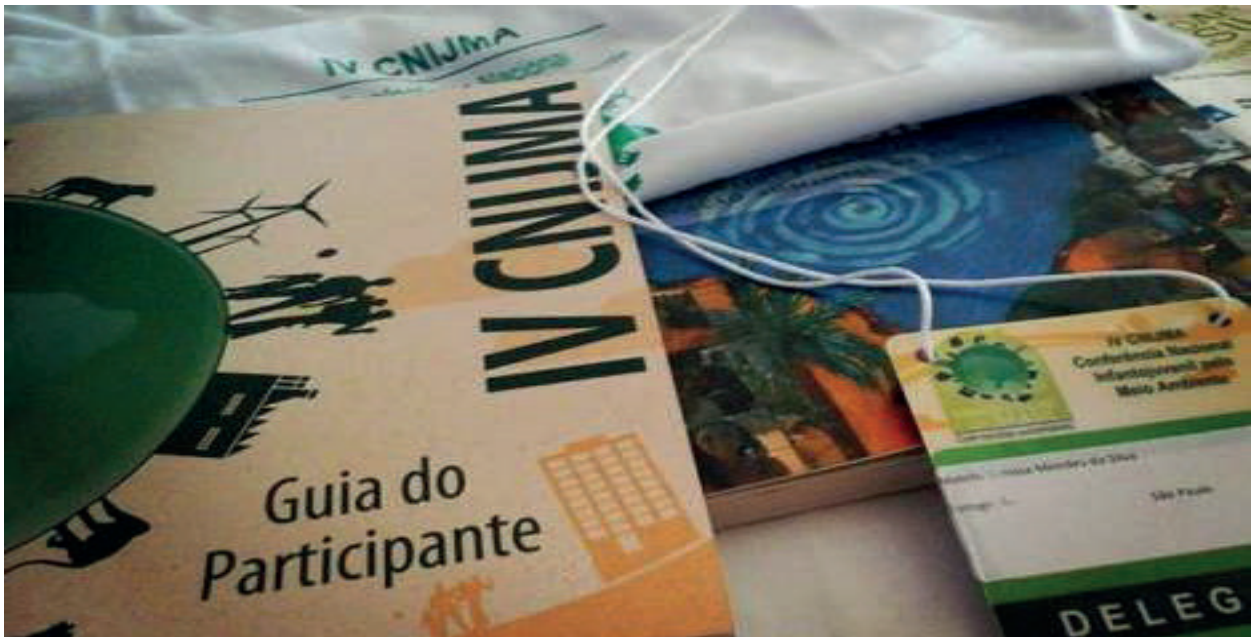
f) Planejar e inserir no Projeto Político-Pedagógico (PPP) ações que contribuam para melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade e propiciem mudanças rumo à construção de escolas sustentáveis.

Segundo Momento: *Conferência Municipal/Regional (etapa opcional) Os projetos de ação apresentados na Conferência na Escola e transformados em produtos de educomunicação serão debatidos pelos delegados durante a Conferência Municipal/Regional, nos estados do Brasil que optarem por realizá-la. Se o seu estado não realizar a Conferência Municipal/Regional, o Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ), junto com a Comissão Organizadora Estadual (COE), selecionará as produções que irão para a Conferência Estadual*

(Trechos da Publicação Passo a Passo para a 4ª CNIJMA, MEC/MMA, 2012).

Alternativas de comunicação – O atraso na distribuição do material de orientação, o Passo a Passo desta edição, a cerca de 72 mil escolas impôs a busca de alternativas de divulgação. Se, por um lado, causou transtornos (ver Caderno 3), por outro, demonstrou a importância de meios que devem ser agregados à mobilização de milhões de estudantes e professores nas escolas e nas comunidades de todo país. O número expressivo de escolas participantes indica que essa estratégia deve ser retomada e expandida numa 5ª. edição.

Foram utilizados: sítio eletrônico da conferência, com 540 mil acessos; redes sociais, como o Facebook; emails e contatos telefônicos; webconferências; veiculação pela TV Escola; veiculação nacional de VT e spots de rádio, em horários nobres nas emissoras privadas; a "Voz do Brasil"; divulgação em listas e sites da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA), entre outras; divulgação em páginas eletrônicas de secretarias estaduais e municipais de educação; e, reportagens veiculadas em rádios, TV e imprensa escrita. Além disso, foi muito eficiente o uso de um vídeo promocional e de mobilização para a 4ª CNIJMA.



Materiais da 4ª CNIJMA

Finalmente, a elaboração de projetos nas escolas e o envolvimento dos professores até a etapa nacional da 4ª CNIJMA foram considerados procedimentos de grande avanço, por favorecer reflexões mais qualificadas sobre a realidade da escola e seu entorno, contribuindo para melhor apropriação dos temas da conferência. A elaboração de projetos também colaborou com a concepção de propostas mais claras para inserção no Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas. O envolvimento do professor até a etapa nacional gerou maior segurança nos delegados e favoreceu a continuidade das ações na escola.

Hoje, faço parte do Coletivo Jovem Luz do Cariri, um dos mais atuantes do Cariri e do CEARÁ. A Conferência, de fato, serviu como instrumento inclusivo, democrático e mostrou a cara do Brasil político.
Yonara Kaise da Silva Oliveira, 17, Delegada na 4ª CNIJMA – Aurora/CE

Métodos e Democracia com Jovens



Na primeira década de CNIJMA (2003-2013), alguns procedimentos compuseram gradativamente uma estratégia apropriada à consolidação desta política pública. São sete momentos integrantes deste processo de diálogo e construção democrática que se referenciam na concepção descrita no inicio deste caderno:

- **Encontros de Metodologia**
- **Oficinas de Conferência**
- **Encontros da Juventude**
- **Conferência nas escolas e comunidades**
- **Conferência Municipal, Regional ou Estadual**
- **Encontro de Formação de Facilitadores**
- **Conferência Nacional**

Encontros de Metodologia em Evolução

Esses encontros iniciaram-se na 2ª Conferência, com o objetivo de formular e acordar conceitos fundamentais à construção da metodologia, planejar os procedimentos e a logística do evento nacional, definir atividades como oficinas temáticas, e, sobretudo, integrar a equipe de trabalho. Por isso, esses encontros serviram bem ao propósito da gestão compartilhada, contribuindo tanto para aproximar a Coordenação Executiva da Conferência (CEN) de outros parceiros, como oficineiros(as) e colaboradores institucionais, quanto para delinear necessidades e desafios, definir prazos e responsabilidades.

Por ser uma nova política pública, é mais adequado dizer que a Conferência compreende metodologias diversas em experimentação e construção. O seu "modus operandi" evoluiu a cada edição, nas vivências e na interação com os jovens que testavam e ajudavam a aprimorar cada nova dinâmica.

> ***Me ensinou a fazer minha parte, porque qualquer ato que é plantado, mesmo pequeno, é capaz de dar frutos extremamente grandes futuramente.***
> Diana Darlym Mascarenhas Martins, 15, Delegada na 4ª CNIJMA – Macapá/AP

O quadro a seguir apresenta alguns dados relativos a esta etapa metodológica, como os objetivos dos encontros e o público participante, de forma sintética. Isso porque alguns desses encontros eram antecedidos por outras iniciativas relacionadas. Em 2007, por exemplo, houve um seminário com cientistas para elaborar o material didático, tendo como referência a matriz temática – terra, água, fogo e ar – e o foco na formação

aprofundada dos jovens e no planejamento das oficinas e das atividades culturais para o evento final da 3ª CNIJMA.

Tabela 2 - ENCONTROS DE METODOLOGIA

AÇÃO	ANO	PÚBLICO PARTICIPANTE	OBJETIVOS
Oficina de Planejamento da II CNIJMA	2005	Oficineiros(as) e equipe executiva CGEA/MEC	Contextualizar a mobilização da Conferência nas ações da CGEA/MEC. Apresentar os objetivos e a programação do evento final. Integrar a equipe executiva e suas áreas de atuação.
Seminário de Planejamento das Oficinas de Educomunicação e Carta das Responsabilidades para a III CNIJMA	2008	Equipe CGEA, parceiros, oficineiros e colaboradores institucionais do Governo Federal, Unesco e Serviço Social do Comércio	Planejar as oficinas e atividades culturais para o evento final da III CNIJMA
Encontro de Observadores Internacionais	2009	Representantes de Ministérios de Educação e da sociedade civil de 40 países	Compartilhar experiências. Dialogar sobre a temática. Observar o evento nacional para levar a seus países o relato das experiências vividas. Motivar a realização da Conferência Internacional.
Encontro de Planejamento Metodológico da IV CNIJMA	2013	Oficineiros(as) e equipe executiva CGEA/DEA	Apropriação do processo da Conferência Esclarecimento de dúvidas Definição das oficinas da temática "Escolas Sustentáveis" Melhor entendimento sobre o "pretexto pedagógico" abrindo novas possibilidades de oficinas e atividades diretamente relacionadas ao tema.

FONTE: Arquivos digitais CGEA/MEC e Relatórios Finais das Conferências Nacionais

Aprender Fazendo nas Oficinas

As Oficinas de Conferência simulavam uma Conferência na escola aplicando o princípio do "aprender fazendo". O propósito era formar multiplicadores, conhecer e aprofundar as temáticas, divulgar informações, definir conjuntamente os detalhes da etapa escolar, entre outros.

Diferente dos encontros de metodologia, essas oficinas aconteceram nas quatro Conferências, consideradas aqui, mas também na V CNIJMA (ver Caderno 6) por iniciativa da coordenação nacional junto às COE, que, por sua vez, deveriam replicar a metodologia na capital do seu Estado, envolvendo mobilizadores regionais. Estes mobilizadores se apropriavam dos conteúdos e práticas, e convidavam outros locais para disseminar e adaptar a proposta ao contexto local. O material de apoio a todo esse processo era a publicação e o vídeo "Passo a Passo para Conferência do Meio Ambiente na Escola" (BRASIL, 2003).

Na 2ª CNIJMA foram realizadas 121 oficinas em todos os estados e Distrito Federal, com a participação de 10.367 pessoas. A maioria dos eventos (88%) foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2005, durante os Seminários de Formadores, do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, envolvendo principalmente a participação de professores (47%) e de Formadores II (23%), vinculados às Secretarias Estaduais (55%) e Municipais (15%) de Educação (PORTUGAL, 2014).

Entre as oficinas realizadas por São Paulo e Rio de Janeiro, uma foi interestadual, reunindo indígenas, quilombolas e comunidades caiçaras, em Paraty. No Maranhão, houve outra oficina com representantes do MST, quilombolas e técnicos de educação indígena.

O número de oficinas saltou para 185 para a 3ª Conferência, mas ocorreram apenas em 16 estados, organizadas pelas COE, com a participação de mais de 12 mil pessoas. Houve ainda duas oficinas voltadas às ações afirmativas realizadas por meio de parceria

entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação (SEE) da Bahia e de Goiás.

Na preparação da 4ª Conferência (2012), representantes das 27 COE e da Undime, num total de 104 pessoas, reuniram-se para preparar a condução das atividades desta quarta edição. Para as Oficinas de Conferência sugeriu-se que as Comissões Organizadoras Estaduais (COE) convidassem as comunidades escolares das escolas de Ensino Fundamental, inclusive de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais, para que a temática e a metodologia do processo pudessem ser apropriadas pelos participantes (MEC, 2013).

Na Confint, os sete países da CPLP realizaram oficinas de conferência para formar facilitadores. No total, foram formados 250 professores e 100 jovens de todas as províncias, ilhas e regiões destes países.

O QUE É UM FANZINE?

A forma mais fácil de explicar o que é um fanzine, é distribuir os zines que foram criados durante a Conferência para que as próprias pessoas encontrem a resposta. Manuseando, lendo e conversando sobre o que veem, elas mesmas vão entender que os zines podem ser:

- *Informativos, artísticos, relatos de experiências, ficção, entrevista, fotos com legendas, ou tudo isso misturado, de um jeito bem criativo.*
- *Escritos a mão, datilografados, feitos com colagens, com desenhos, entre outras tantas possibilidades.*
- *Outro ponto que elas vão entender rapidinho: os zines são um tipo de publicação barata, porque são fotocopiados.*

(Orientação para divulgação da Carta de Responsabilidades da 3ª CNIJMA – Relatório Final)

Encontros da Juventude com a Cidadania



Facilitadores e representantes dos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente – 4ª CNIJMA

A juventude desempenhou função essencial na construção, organização e condução de atividades das seis edições da CNIJMA, contribuindo com a formação própria e dos mais jovens, com as conferências nas escolas, os encontros estaduais e a etapa nacional.

A parceria com a juventude orienta procedimentos metodológicos essenciais à CNIJMA, porque corresponde àqueles princípios basilares como gestão compartilhada, jovem educa e escolhe jovem, e uma geração aprende com a outra. Entretanto, mesmo apoiados pelo Órgão Gestor da PNEA, depois também pela Secretaria Nacional da Juventude, assegurava-se nesses encontros a autonomia dos jovens quanto às decisões e encaminhamentos.

Por isso, a mobilização do segmento, especialmente nessas oportunidades, foi motivadora das primeiras articulações da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA), que se organiza, desde 2003, para atuar na construção de políticas públicas socioambientais.

Na 1ª Conferência (2003) foram organizados encontros de juventude com o intuito inicial de aproximar o Órgão Gestor dos movimentos de juventude. A Coordenação

Nacional da Conferência organizou, em setembro daquele ano, em Luziânia/GO, o 1° Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente, procurando capacitar para a facilitação das oficinas e discutir temas como rede, sustentabilidade, autonomia, sendo nele lançadas as bases para a criação da REJUMA. (BARBOSA, 2013).

Eram 162 jovens, sendo seis facilitadores de cada Conselho Jovem, trabalhando com diretrizes orientadoras contidas no documento "Diretrizes para Formação do Conselho Jovem":

- Pluralidade das organizações de juventude
- Equilíbrio de gênero
- Representantes do meio rural e urbano
- Diferentes etnias (brancos, negros, indígenas).

Por decorrência, estados como Piauí, Paraíba, Ceará, Maranhão, Alagoas, Matogrosso e Bahia promoveram encontros, além de outras mobilizações de CJ. Essa mobilização repercutiu nas Pré-Conferências do Meio Ambiente (versão "adultos") nos Estados, com expressiva participação de jovens, que tiveram 66 delegados (membros ou não dos CJ) eleitos para a etapa nacional.

O 2º Encontro reuniu cerca de 200 integrantes dos CJ, em setembro de 2005, constituindo-se como a primeira etapa de formação presencial do Programa Juventude e Meio Ambiente, que apenas mais tarde foi formalizado como proposta do MEC, MMA e Secretaria da Juventude.

O 3º Encontro reuniu, em novembro de 2006, 3 representantes de cada CJ dos estados, em Brasília, num total de 81 participantes. Na oportunidade, a REJUMA tornou-se um "elo" da REBEA, avançando na consolidação da proposta de construção do Programa Juventude e Meio Ambiente (ver anexo).

Em 2009, realizou-se no Rio de Janeiro, o 4° Encontro Nacional da Juventude, com a participação de 81 pessoas. Como foi organizado às vésperas do 6º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, os jovens tiveram participação ativa neste fórum. (Barbosa, 2013). A coordenação foi uma parceria do MEC, MMA e Secretaria Nacional de Juventude, com o objetivo novamente de construir o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

O 5° Encontro voltou a discutir este programa, com ênfase no fortalecimento e mapeamento dos movimentos de juventude e meio ambiente no Brasil, e no diálogo sobre políticas estruturantes. Na ocasião (dezembro de 2010), reuniram-se 4 jovens por estado, totalizando 108, em Brazlândia/DF.

Paralelamente à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, foi realizado pelo MEC e MMA, um encontro de jovens, integrado por membros de CJ, do Pró-Jovem (programa do MEC voltado à escolaridade de jovens que não completaram o ensino fundamental), do MEC, do Conselho Nacional da Juventude e da União Nacional dos Estudantes – UNE, com apoio da Secretaria Nacional da Juventude. Na ocasião foi lançada a Portaria Interministerial que estabeleceu os termos da 4ª CNIJMA, além de ter sido uma oportunidade de preparação dos jovens nas atividades da Rio+20.

Art. 4º *O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.*

Parágrafo único. *Entende-se por participação juvenil:*

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único*. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.*

(Estatuto da Juventude, artigos 4º e 5º)

Conferência na Escola: Diálogos e Aprendizados



Conferência em escola para a 1ª CNIJMA – 2003

Um vídeo de divulgação e o "Passo a Passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola" eram os pontos de partida para que escolas e comunidades iniciassem a conversa, as pesquisas e as ações, com vistas à realização da Conferência na Escola.

Os professores, os alunos e a comunidade refletiam sobre as questões socioambientais contemporâneas, gerando conhecimento sobre temas definidos em cada edição. Estabelecia-se, portanto, *comunidades interpretativas de aprendizagem*, que são coletivos incentivados, mediante metodologias apropriadas, a interpretar histórica e criticamente a sua realidade local, e transformá-la com intervenções compartilhadas. Isso implica em reestruturar currículos, modificar práticas e favorecer o envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da escola, num processo permanente e continuado de educação ambiental.

Nas três primeiras Conferências e na Confint, cada escola discutiu e elegeu uma responsabilidade e uma ação, com base nas temáticas propostas e no cuidado coletivo pelo socioambiente. Tudo isso expresso em cartazes, com fotos comprovando a realização da conferência na escola. Na Confint, esse movimento aconteceu em 87.258 escolas, sendo 2.828 brasileiras. Na Índia a mobilização foi surpreendente, chegando a cerca de 80 mil escolas e mais de 9 milhões de estudantes[6].

6 Diante dessa expressiva adesão, a Índia seria forte candidato a sediar uma 2ª Confint, assim como a Europa, que realizou outras Conferências locais e regionais, depois de 2010.

A 4ª Conferência trouxe um desafio significativo e animador. Cada escola deveria elaborar um projeto de ação, com foco na transição para a sua sustentabilidade. Como nas Conferências anteriores, nesta também os jovens foram motivados a criar, em conjunto, peças de educomunicação, difundindo mais amplamente a ação. A orientação foi disponibilizada online, uma vez que não foi possível o envio postal das publicações do MEC, em tempo hábil.

Hoje estou no colégio agrícola buscando novos conhecimentos para um dia exercer a profissão que tanto desejo. Arylsson Girolometto Pottratz, 15, Delegado da 4ª CNIJMA – Faxinal dos Guedes/SC

Jovem escolhe jovem - A seleção de um(a) delegado(a) e seu suplente, a representar a escola nas etapas seguintes, tem garantido o princípio "jovem escolhe jovem", reafirmando autonomia do segmento nas decisões, apenas com a facilitação de adultos, sem interferência. Trata-se de oportunidade de exercício de cidadania, amadurecimento pessoal e protagonismo juvenil, valorizando a capacidade de adolescentes e jovens como agentes de transformações sociais.

Na 1ª Conferência, de acordo com o Regulamento Nacional, as escolas elegeram seus representantes respeitando critérios como:

- Estar cursando de 5ª a 8ª série (ensino fundamental, anos finais);
- Ter de 11 a 15 anos;
- Gostar de debater sobre meio ambiente;
- Comunicar-se bem e ser claro na defesa de suas idéias;
- Ter espírito de liderança
- Ter se destacado na construção das propostas.

Representantes de CJ fizeram a seleção final de trabalhos e delegado(a)s para a Conferência Nacional, após triagem e sistematização inicial das propostas das escolas feitas pelas COE. A primeira escolha para seleção relacionava os trabalhos em categorias de acordo com critérios estabelecidos, com o número de delegado(a)s. A segunda correspondia à seleção dos cartazes segundo 2 critérios: criatividade e contexto. Em algumas UF a seleção ocorreu em Conferências Regionais e/ou Estaduais.

Na 2ª Conferência, a seleção de delegados(as) foi feita por meio da escolha de um cartaz que melhor comunicasse a responsabilidade assumida, segundo outros critérios: criatividade e originalidade, e contexto e comunicação (fiel à responsabilidade definida).

Um sistema informatizado disponível no sítio do MEC, automaticamente, agrupava as responsabilidades das escolas e comunidades em duas categorias: escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e espaços comunitários ou escolas dos anos iniciais (1ª à 4ª série) de comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e grupos organizados do MNMMR.

As COE fizeram a triagem das responsabilidades em cada grupo de categoria e jovens dos CJ fizeram a seleção final das responsabilidades das escolas e das comunidades e dos delegados e das delegadas para a Conferência Nacional. Em alguns estados que realizaram conferências estaduais, a seleção foi feita pelos próprios adolescentes por meio de eleição direta e presencial.

Na 3ª Conferência, estudantes eleitos nas escolas deveriam estar matriculados nas séries ou anos finais do Ensino Fundamental, ter entre 11 e 14 anos, sendo 11 anos completos durante a conferência na escola e 14 anos na etapa nacional. Além disso, deveria ter participado efetivamente na construção da responsabilidade e da ação. As COE fizeram uma primeira triagem das responsabilidades agrupando-as por categorias. Jovens dos CJ (nas UF) fizeram a seleção final de cartazes e delegado(a)s, respeitando o equilíbrio de gênero. A seleção dos cartazes para a etapa nacional foi desvinculada dessa seleção e ocorreu em Conferência Estadual ou por iniciativa da COE.

Na 4ª Conferência, o Regulamento Nacional orientou que a seleção nas escolas fosse feita pelos próprios estudantes, respeitados os seguintes critérios:

- Estar matriculado numa turma de 6° a 9° ano (5ª a 8ª série) do Ensino Fundamental, na escola que representará;
- Ter entre 11 e 14 anos na data da Conferência Nacional;
- Ter participado ativamente da elaboração do projeto de ação escolhido como projeto da escola durante a Conferência; e,
- Ter participado de maneira significativa no fortalecimento ou na construção da COM-VIDA.

Nas conferências estaduais, delegados(as) selecionados nas escolas fizeram a apresentação de seus projetos de ação e foram eleitos por seus pares para a Conferência Nacional.

Mudou por completo meu modo de olhar para o mundo e ainda me fez ter a certeza do que eu queria para o meu "futuro brilhante", que foi a de cursar a faculdade de Ciências Biológicas.
Melissa Silva Oliveira, 16, Delegado na 4ª CNIJMA - Santo André/SP

Caminhos da Conferência: Municipal, Regional ou Estadual

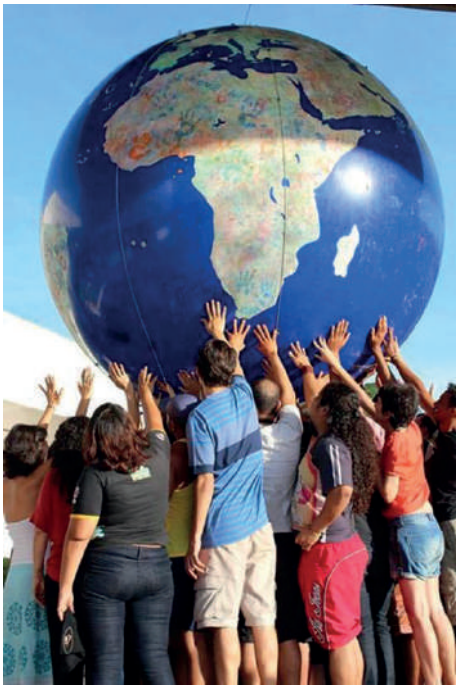
Essas etapas intermediárias da CNIJMA ganharam relevância do ponto de vista metodológico, paulatinamente, à medida que essa política pública era assumida pela institucionalidade municipal e estadual, extrapolando a competência das secretarias de educação ou de meio ambiente e superintendências do IBAMA – como aconteceu em algumas edições ou em alguns estados.

Como visto anteriormente, as Conferências estaduais, na 3ª e 4ª edições, reuniam jovens delegações das escolas para que selecionassem cartazes ou projetos, além do(a)s delegado(a) que acompanhariam essas ações da escola à Conferência Nacional. As COE puderam ter sua função mais reconhecida e fortalecida, inclusive, fazendo essa seleção para a etapa nacional, com apoio do Coletivo Jovem, onde não ocorreram etapas estaduais, no caso da 3ª Conferência.



Foto: arquivo MEC

Encontro de Jovens Facilitadores



Formação de Facilitadores da 4ª CNIJMA

Os Encontros de Formação de Jovens Facilitadores antecederam a etapa nacional nas cinco edições e tiveram como objetivo vivenciar a programação e conhecer a metodologia, para potencializar o trabalho dos jovens dos CJ e integrar a equipe, com vistas à facilitação da Conferência Nacional. Além de representantes dos CJ e da equipe executiva, também participaram especialistas convidados, como oficineiro(a)s, com experiência nas temáticas a serem desenvolvidas. Acrescente-se a estas finalidades, o fortalecimento, a autonomia e a consolidação dos Coletivos Jovens.

Um Curso de Preparação para a 1ª Conferência teve a participação de 2 facilitadores de cada CJ e 6 membros da delegação brasileira ao Congresso Mundial de Juventude (Marrocos, 2003), num total de 58 jovens. Em 2006, a semana de formação da equipe de facilitação da 2ª Conferência permitiu a apropriação da metodologia e sua readequação, mediante avaliação e sugestões da equipe. Eram 81 jovens de CJ de todo país (3 por UF) e mais 82 pessoas, entre oficineiros, equipes CGEA/DEA e monitores da Universidade de Brasília, num total de 163 participantes, conectados em dinâmicas e diálogos de

aprofundamento conceitual. Em 2009, 80 integrantes dos CJ e 24 oficineiro(a)s discutiram em novo encontro a 3ª Conferência, quando foi elaborado o "Caderno do Facilitador".

Representantes de Ministérios de Educação e da sociedade civil de 40 países estiveram no Encontro de Observadores Internacionais, com a finalidade de levar a seus países as experiências vividas para motivar a realização da Confint, programada para o ano de 2010.



Formação de Facilitadores da CONFINT

A formação de facilitadores para a Confint (2010) reuniu 69 facilitadores (as) e 22 oficineiros(as), com uma programação voltada à metodologia para os processos da Carta das Responsabilidades e oficinas de educomunicação e temáticas. Houve quatro mesas redondas sobre governança ambiental global, documentos globais de educação ambiental e desafios da contemporaneidade para políticas públicas de educação. A experiência da CNIJMA no Brasil foi apresentada ressaltando a juventude em práticas de democracia participativa, intergeracionalidade, interculturalidade e interterritorialidade. Devido às diferenças linguísticas, os momentos mais densos foram organizados por grupos idiomáticos. Danças Circulares também contribuíram para integrar e estabelecer segurança e confiança.

Em 2013, o Encontro de Facilitadores da 4ª CNIJMA teve a presença de 54 jovens representantes de CJ de todos as unidades federativas e 50 oficineiro(a)s, com o objetivo de formar facilitadores(as) para focalização da metodologia da IV CNIJMA, incluindo as oficinas, de acordo com o fio lógico ou ordem lógica das atividades e em sintonia com as premissas da Pedagogia da Cooperação[7].

7 Em 2018, também ocorreu encontro de formação com 54 jovens e especialistas das oficinas temáticas (ver o 6° caderno).

Conferência Nacional

A apropriação da metodologia nas cinco edições da CNIJMA consolidou três procedimentos que se tornaram referências.

- Fio lógico: eixo orientador capaz de organizar e integrar desde a programação da etapa nacional para delegados(as), acompanhantes e professores(as), definição dos temas das oficinas, seleção de oficineiros(as), até o detalhamento de aprofundamento conceitual e educomunicação.

- Programações seletivas: atividades dirigidas (e compartilhadas), simultaneamente, para delegado(a)s, acompanhantes e professores, incluindo oficinas temáticas, rodas de conversa, momentos de diálogos conceituais, danças circulares, jogos cooperativos, atividades culturais e artísticas, sempre pautadas pelo desafio da sustentabilidade socioambiental.

- Moderação e animação: grupos de arte-educação e animação eram "guardiães do tempo", convidando os participantes da 2ª edição em diante a se direcionarem para suas atividades.

O "Guia do Participante" (desde a 2ª CNIJMA) serviu como manual com todas as informações relativas à programação, horário e localização de atividades, alimentação, saúde, hospedagem, central de informações.

Os Grupos de Trabalho foram estimulados para favorecer o diálogo, o intercâmbio e a expressão de todos, delegado(a)s, acompanhantes e professores. Na Confint, os subgrupos por idioma, com dez participantes aproximadamente, facilitavam a comunicação, evitando-se sessões plenárias com tradução simultânea.

Encontro de delegado(a)s – Nas oportunidades de encontro, delegado(a)s foram convidados a dialogar, aprender, compartilhar experiências, construir pactos coletivos e conhecer a diversidade sociocultural do país. Nas três primeiras edições nacionais e na

Confint, os diálogos priorizaram as responsabilidades das escolas, materiais de educomunicação e a elaboração das Cartas das Responsabilidades. Na 4ª CNIJMA foram compartilhados resultados dos projetos de ação e intervenção nas escolas e comunidades.

Os participantes da 3ª Conferência receberam um documento chamado "É Possível", com dicas de continuidade pós-conferência, incluindo a reedição de oficinas em suas localidades.

Encontro de Acompanhantes e Professores - Esses encontros propiciavam conhecimento, intercâmbio, avaliação do processo desenvolvido e indicações de ações de continuidade, com destaque para a inserção da EA nos sistemas de ensino.

Durante a 1ª Conferência, os acompanhantes participaram da "Oficina de Avaliação e Planejamento" (DEA/MMA), com avaliação do processo da Conferência Infantojuvenil, planejamento de atividades para 2004 e diretrizes para a Conferência em 2005. Foi proposta a inclusão da Conferência no calendário anual escolar, construção coletiva da metodologia da 2ª Conferência, ampliar o número de participantes de escolas indígenas, quilombolas, caiçaras e especiais, entre outras.

O encontro da 2ª Conferência reuniu além das COE, representantes de colegiados (CONAMA, CNRH e Comitê Assessor da PNEA), da Undime e acompanhantes de adolescentes indígenas e de deficientes.

Na 3ª Conferência, o encontro destacou-se por objetivos como, avaliar o processo de Conferência nos estados e DF, produzir um documento sobre temáticas da Conferência e elaborar estratégias para a continuidade das ações em 2009. A metodologia incentivou os participantes, a exemplo das crianças e jovens, a assumirem responsabilidades e compromissos com a EA em seus Estados - motivando os participantes da Conferência e colaborando com o desafio das escolas sustentáveis - que foram escritos no documento "É Possível".

O Encontro na 4ª CNIJMA, como na 5° edição (ver o 6° caderno) reuniu acompanhantes e professores, responsáveis pela orientação dos projetos selecionados nos estados e no DF, com vistas a fortalecer a EA na comunidade escolar e contribuir para o Programa Nacional Escolas Sustentáveis, instrumentalizando a continuidade das ações nos estados. O mesmo ocorreu na quinta edição.

Tive pela primeira vez a oportunidade de sair do meu estado, de encontrar varias pessoas de diversas partes do Brasil, e o melhor é que tudo isso foi por uma causa muito nobre.

Jefferson Fideli Alves da Silva, 17, Delegado da 4ª CNIJMA – Nísia Floresta/RN



Noite dos Brasis da 4ª CNIJMA – Luziânia/GO - 2013

Cerimônias de Encerramento – Esses momentos representaram o coroamento de todo o trabalho realizado, desde o "Passo a Passo" rumo à escola, as conferências locais e a concertação estadual e nacional, em atos políticos e pedagógicos, onde eram entregues pelos jovens documentos e projetos às autoridades. Serviram também para dar visibilidade às ações propostas, aos compromissos coletivos e à importância do protagonismo juvenil.

Além dessa cerimônia, na 1ª Conferência, a conclusão dos trabalhos contou com a apresentação dos produtos das oficinas de educomunicação e a realização de uma atividade prática de agrofloresta, com plantio de sementes trazidas por delegados e delegadas.

Na 2ª Conferência, antes do ato de encerramento, todos os participantes caminharam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF) exibindo as responsabilidades para

cuidar do Brasil, produtos das oficinas e instrumentos musicais feitos durante as atividades formativas. Na cerimônia no Palácio do Planalto, o Presidente da República, juntamente com o Ministro da Educação e a Ministra do Meio Ambiente, receberam a Carta das Responsabilidades "Vamos Cuidar do Brasil" das mãos de delegados(as).

O encerramento da 3ª Conferência aconteceu em Brasília, no Teatro Nacional Claudio Santoro, onde foram expostos cartazes selecionados nos Estados e no DF. A "Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais" foi entregue aos Ministros e autoridades e, durante a cerimônia, foi lançado um selo postal personalizado pelos Correios.

O encerramento da Confint reuniu mais de 800 pessoas no Museu Nacional da República, em Brasília, no ano de 2010. Além de delegados(as), facilitadores(as), adultos acompanhantes e convidados dos MEC e MMA, estiverem presentes embaixadores e cônsules de diversos países. Foi lida a "Carta das Responsabilidades - Vamos Cuidar do Planeta" em quatro idiomas, por doze delegados(as) e apresentada a Carta Musical por 47 jovens representantes de todas as línguas e nações que trabalharam juntos na sua composição.

Na 4ª Conferência, a cerimônia no Palácio do Planalto teve a presença da Presidente Dilma Roussef, da Ministra Izabela Teixeira (MMA) e do Secretário Executivo do MEC. Após a leitura da Carta dos Estudantes, feita por um delegado e uma delegada, foi dada à presidente uma caixa contendo os 108 projetos selecionados para a etapa nacional, representando as 16.538 escolas de todo país que aderiram ao processo. No encerramento da 5ª Conferência foi lançado o jogo Primavera X para ser realizado por todas as escolas participantes. Mas não contou com a presença de autoridades por ter ocorrido fora de Brasília.

Juntamente com esses projetos foi também entregue a Carta do Órgão Gestor da PNEA, com a intenção de reafirmar compromissos com a continuidade e o fortalecimento das políticas de EA, juventude e meio ambiente.

Hoje, sou um jovem reconhecido no meu município e até mesmo em outras cidades da região, graças à experiência de ter participado da IV CNIJMA!
Jonatan Gomes de Aguiar, 16, Delegado na 4ª CNIJMA – Araioses/MA

Como jovens e educadores avaliam a CNIJMA?

As diferentes metodologias adotadas nos primeiros 10 anos de Conferência evoluíram com o aprender fazendo, mas também com os resultados de cada edição, as críticas e sugestões recebidas.

O importante na experiência da CNIJMA é que se trata de um pretexto pedagógico, envolvendo textos e contextos, onde todos aprendem, inclusive o Órgão Gestor e suas equipes, desde o planejamento até os relatórios finais. É pedagógica também ao ajustar ao "chão da escola" temáticas complexas e contemporâneas; ao propiciar acesso direto de professore/as a uma EA diferente da formação inicial; ao convidar a comunidade a adentrar a escola com uma postura de educação permanente; e, ao exercitar com todos a participação democrática.

Portanto, depois de alinhar toda aquela história de uma década, seguida por considerações acerca das metodologias, a pergunta que se poderia fazer é como se avalia 10 anos de CNIJMA?"

A resposta encontra-se no próximo Caderno 3.

Referências

BARBOSA, Neusa H. R. Documento técnico contendo proposta de plano de trabalho para a realização do VI Encontro de Juventude pelo Meio Ambiente apresentando pelo menos quatro propostas de oficinas em duas temáticas: uma sobre Conferência e outra sobre o Programa Escolas Sustentáveis. Projeto 914BRA 1109. Produto 3. Maio, 2013. BASE DE DADOS I, II, III e IV CNIJMA. Arquivos CGEA/MEC.

BRASIL. Passo a Passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola. Brasília: MMA/ ProNEA, 2003.

CARTA DA TERRA EM AÇÃO. Carta da Terra. Disponível em:<http://www.cartadaterra-brasil.org/prt/text.html>. Acesso em 10/05/2016

CORALINA, Cora. Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha, 9ª. Ed. São Paulo: Global, 2007

CGEA/MEC. Texto Explicativo sobre Conferência. Arquivo digital, versão 2, 2005.

_____. Organizando uma oficina de Conferência. Arquivo digital, 2005.

_____. Cópia de Patrocinadores e Parceiros II. Arquivo digital, 2005.

_____. Relatório referente ao treinamento e coordenação da equipe de jovens facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia da Conferência Nacional. Clóvis Henrique Leite Souza. Produto 3. Arquivo digital, 2006.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia Silva de. Pensando sobre a "geração do futuro" no presente: jovem educa jovem, COM-VIDAS e Conferência. In: TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia Silva de (Orgs.). Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/CGEA/MMA/DEA: UNESCO, 2007.

DOUNIS, Sumaya C. Projeto para execução dos produtos subsequentes: metodologia, instrumentos de pesquisa, estratégias de ação participativa, plano de trabalho detalhado, resultados esperados; Produto 1. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114129. Brasília: 2014.

_____. Sumaya C. Documento técnico contendo a consolidação dos produtos anteriores com uma linguagem adaptada e apropriada à publicação, sua ampla e imediata difusão. Produto 4. Projeto BRA/IICA/09/005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002

HOLLIDAY, O. J. Para sistematizar experiências. Brasília: MMA, 2006.

_____. O. J; CIDAC. Sistematização de experiências: aprender a dialogar

com os processos. Disponível em: http://www.cidac.pt/files/4513/8497/5266/

Aprendizagens_1_v_ligth.pdf. Acesso em 15/07/2014.

MEC. Conferência Internacional Infantojuvenil - Vamos Cuidar do Planeta: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 2010a.

MEC. Relatório da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2003 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9913-relatorio-final-1-cnjima&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório da II Conferência Nac. Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2006 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9914-relatorio-final-2-cnjima&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório da III Conferência Nac.Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2009 http://

portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9916-relatorio-final-3-cnjima&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório Final Confint. Brasília, 2010b.

_____. Formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola. Ministério da Educação/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: MEC, 2004.

_____. Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Brasília: MMA/MEC, 2005.

_____. Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Infanto_Juvenil_MA/caderno_propostas_1_conferencia_infanto_juvenil_meio_ambiente_1.pdf>. Acesso em 10/05/2016

_____. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: 24/05/2016 <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacao-ambiental/tratado.pdf>.

_____. Decreto Presidencial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9893.htm>. Acesso em 10/05/2016

MMA. Conferência Nacional de Meio Ambiente/CNMA http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/i-conferencia

_____. Relatório da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. 2013

MOREIRA, Terezinha Aparecida. Documento técnico contendo estudo analítico sobre escolas sustentáveis, considerando a dimensão do currículo, da gestão e do espaço físico e enfocando experiências exitosas, políticas públicas existentes, lições aprendidas e indicações de ações capazes de realizar a transição da escola em direção à sustentabilidade

socioambiental. Projeto: BRA/OEI/10/001. Brasília: 2014.

PORTUGAL, Simone. Documento técnico contendo o registro histórico das cinco edições da CIJMA (04 edições nacionais e 01 internacional) destacando e comparando as informações quantitativas e qualitativas em cada uma das versões realizadas; Produto 1. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114135. Brasília: 2014

_____. Simone. Documento contendo propostas de indicadores e estratégia de monitoramento das CNIJMA, com base em análise comparativa das edições das CIJMA, que permitam acompanhar, avaliar e fortalecer a institucionalização da CNIJMA, e diretrizes e recomendações para a próxima edição da CNIJMA; Produto 2. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114135. Brasília: 2015

_____. Simone. Documento técnico contendo a consolidação dos produtos anteriores, com uma linguagem adaptada e apropriada à publicação, sua ampla e imediata difusão; Produto 3. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114135. Brasília: 2015

Órgão Gestor da PNEA. Portfólio do OG-PNEA. Série Documentos Técnicos Nº 7, Brasília, 2006 (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_07.pdf)

Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na escola MEC/MMA, 2005

ProFEA. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es)Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Série Documentos Técnicos 8. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006.

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental - Educação Ambiental por um Brasil Sustentável, ProNEA, Marcos Legais e Normativos, 4ª Ed. Órgão Gestor da PNEA-MMA/MEC, Brasília. 2014.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JR., Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago, 2005.

Anexo

HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO PROGRAMA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

O QUE QUEREM E PENSAM OS JOVENS

1. Evolução da participação da juventude e respostas do poder público

O Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente, entre 2003 e 2013, realizaram quatro edições da Conferência Nacional Infanto-Juvenil que transformaram milhares de escolas de todo país em espaços de mobilização, promovendo o debate entre 8 professores, estudantes e comunidades. Essa iniciativa formou jovens em todas as Unidades Federativas do Brasil que deram origem aos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Em 2010 essa tecnologia social foi compartilhada pelo governo brasileiro, com 56 países por meio do processo da Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta que envolveu e formou adolescentes e jovens de todo o mundo.

No período de 2003 a 2010 os movimentos de juventude e meio ambiente realizaram cinco edições do Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente apoiados pelos Ministérios da Educação e Meio Ambiente e a Secretaria Nacional de Juventude. Esses encontros se consolidam como espaço de formação, articulação e fortalecimento dos movimentos de juventude na perspectiva de convergir esforços na perspectiva da sustentabilidade.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, foi realizada em 2008. O tema meio ambiente foi a 4ª prioridade em um rol de 22 definidas pela plenária da Conferência. A ação prioritária foi:

"Criar uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente que inclua o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis".

O tema Juventude também foi o foco de deliberação na II Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2005:

"Promover a inclusão do Programa "Juventude e Meio Ambiente", bem como dos eventos e ações promovidas por movimentos jovens, como referência de política de educação ambiental no Sisnama, estimulando o protagonismo juvenil."

E também das deliberações da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2008:

"Incentivar, garantir e dar condições à ampla participação dos(as) jovens na construção, execução, avaliação e decisão das políticas de meio ambiente, através da implementação do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado em PPA, bem como da Agenda 21 da Juventude, com a participação em colegiados e conferências,

Comitês Gestores ou Conselhos da Juventude."

Na 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, merece destaque a Proposta 4 do Eixo 2:

"Fortalecer a política nacional de juventude e meio ambiente e criar o programa nacional de juventude e meio ambiente, intersetorializado e institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), na LOA (Lei de Orçamento Anual) na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), bem como a agenda 21 da juventude, de modo a fortalecer os movimentos juvenis e a agenda 21 brasileira no enfrentamento das graves crises ambientais, com a participação das juventudes nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, sustentada por pesquisas periódicas."

Foi criado, em setembro de 2012, o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, e composto ainda pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em 2013, foi realizada a IV Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente e a criação de uma coordenação de juventude no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Também foi realizada a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, que contou com a participação de cerca de, 18% de delegados nacionais entre 15 e 29 anos. Os jovens elegeram a seguinte proposta como prioridade naquela conferência:

"Instrumentalizar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente como estratégia para o fortalecimento da política nacional de educação ambiental, da política nacional de resíduos sólidos e o empoderamento da juventude."

Os jovens delegados tiveram ainda, a oportunidade de conversar com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Trataram da realidade dos jovens catadores de material reciclável e trabalho decente e sustentável para a juventude. O encontro foi transmitido, ao vivo, pela internet.

Em 2014, numa construção interministerial, o Ministério do Meio Ambiente, Educação e Secretaria Nacional de Juventude desenham a versão do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, em resposta às demandas das últimas cinco conferências nacionais, que entra em consulta nesta 3ª Conferência Nacional de Juventude.

O ambiental não pode ser resumido simplesmente ao ecológico. Em outros termos, ambiente é um conceito mais amplo do que natureza. Ambiente envolve o humano também, indo desde os seres humanos até sua cultura, economia, organização política, cidades, tecnologias etc. (Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNDP, pp. 155).

Entre os avanços da última década das políticas públicas de juventude e meio ambiente estão:

- *a compreensão da juventude como geração estratégica para o desenvolvimento de políticas estruturantes para a questão ambiental por parte do poder público federal;*
- *a capilarização da educação ambiental;*

- *a conquista de marcos políticos estratégicos para a temática (conferências, o Programa Nacional de Educação Ambiental, os Conselhos, a Política Nacional de Juventude – PNJ) com a participação efetiva de jovens, em especial daqueles inseridos no contexto escolar;*

- *o fortalecimento dos movimentos de juventude e meio ambiente (REJUMA, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, ONGs, dentre outros);*

- *a instalação do Grupo de Trabalho Interministerial e a elaboração do relatório, submetido à consulta pública no ano de 2013, no qual transparece o acúmulo do debate efetuado no âmbito dos ministérios do Meio Ambiente, Educação e da Secretaria Nacional de Juventude. Vale destacar que, as linhas de ação do PNJMA passaram a abranger, para além da educação ambiental, os eixos fundamentais da Política Nacional de Juventude: 1) Educação ambiental, formação e produção de conhecimento; 2) Trabalho decente e sustentável para a juventude; 3) Direito da juventude ao território; 4) Participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade;*

- *a criação da revista Juventude e Meio Ambiente (MMA e CONJUVE e SNJ).*

- *a criação de uma linha específica de financiamento de projetos de extensão universitária para trabalhar a relação juventude e meio ambiente dentro do PROEXT – Programa Nacional de Extensão Universitária;*

- *a criação de novas modalidades de oferta e demanda de cursos do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego voltado para a área ambiental.*

- *o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) que entra em consulta nesta 3ª Conferência Nacional de Juventude;*

2. Sistematização de propostas dos jovens

As demandas juvenis mais recentes sobre o meio ambiente podem ser extraídas do Relatório da 9ª Oficina "Plano em Diálogo", promovida pela Secretaria Nacional de Juventude e pela UNIRIO, em 2014, que faz parte de um processo para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Juventude para a próxima década.

Seguindo de perto as linhas de ação que constam no Relatório do GT Interministerial, as reivindicações juvenis podem ser assim agrupadas:

(a) Educação ambiental, formação e produção de conhecimento

A educação ambiental deve promover a formação de jovens, de modo a orientar sua reflexão e ação (individual e coletiva) para o enfrentamento da atual crise socioambiental global. Para tanto, deve estar baseada em princípios de educação integral, crítica e emancipatória.

O acesso à informação de que a educação ambiental seja implementada nas escolas de ensino fundamental e médio, mas que não fique restrita ao ambiente escolar, que possa abranger também espaços de educação não formal nas

comunidades locais e sociedade civil. Outra demanda recorrente é o ensino da agroecologia em cursos técnicos e na universidade. Destacaram que a educação ambiental deve estar atenta à realidade local e regional e de acordo com os parâmetros contidos na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) dentre outras.

Foram sugeridas capacitações locais para incentivar as práticas ecológicas, assim como ações de mitigação de impactos socioambientais; o fomento de pesquisas de iniciação científica sobre energias renováveis e resíduos sólidos; a implementação de tecnologias sociais com base na utilização sustentável dos recursos naturais. Ainda no âmbito da educação, é requerida a valorização, o reconhecimento e o registro do conhecimento produzido pelas comunidades e povos tradicionais.

(b) Trabalho decente e sustentável para a juventude

A necessidade da juventude ao trabalho decente inclui condições de trabalho no campo e na cidade que garantam a preservação da saúde e do meio ambiente. Neste sentido, jovens demandam oportunidades de geração de trabalho e renda com foco na sustentabilidade, por meio de estabelecimento de programas, convênios e parcerias com os governos municipais, estadual e federal. Desejam também o fortalecimento de empreendimentos com base na economia solidária, como associações, grupos e cooperativas de distribuição ou serviços, cooperativas e grupos solidários de produção e trabalho; oportunidades de trabalho comunitário. Referem-se ainda ao turismo ecológico e étnico, assim como à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos como possibilidades de promover a inserção de jovens no mundo do trabalho. Intimamente relacionadas ao direito ao trabalho estão questões referentes ao território, mas que não se esgotam na inserção produtiva.

(c) Direito da juventude ao território

Aqui, as demandas juvenis envolvem o estabelecimento de políticas que promovam a permanência do jovem nos seus territórios. Dentre elas, a instalação de equipamentos como escolas e postos de saúde, a promoção de atividades culturais, de lazer e esportivas. Assinalaram a necessidade de criação e manutenção de áreas protegidas com e para a comunidade, visando ao desenvolvimento local, o que pode favorecer a permanência dos jovens. Outro ângulo desta questão é a valorização das culturas regionais.

No direito ao território estão inseridas as demandas pela desconcentração da estrutura fundiária, com: a democratização do acesso à terra; o apoio à agricultura familiar sustentável; o incentivo à produção e consumo de alimentos agroecológicos; a utilização de tecnologias alternativas apropriadas à agricultura familiar; a realização de manejo florestal sustentável pelos pequenos agricultores; a implantação de unidades demonstrativas agroecológicas sustentáveis em parceria com instituições da área. A assistência técnica qualificada e linhas de financiamento são requeridas nestas ações. Jovens reivindicam, ainda, a restrição ao uso de agrotóxicos, que afetam de forma particular os trabalhadores rurais, como também moradores do entorno das áreas produtivas e a população consumidora de alimentos

contaminados com estes produtos. Um tema controverso referido pelos jovens durante a Oficina é a não normatização da questão ambiental, no que diz respeito às práticas das comunidades tradicionais.

No ambiente urbano, os jovens demandam a manutenção ou criação de áreas verdes, a valorização dos espaços urbanos públicos, para melhorar a qualidade de vida dos jovens moradores das cidades, assim como o incentivo a formas de mobilidade urbana sustentáveis.

Os/as jovens que compõem as Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia (CTJMA) desenvolvem, nas comunidades onde atuam, um rico trabalho de multiplicação dos conhecimentos sociais e ambientais. Eles e elas têm um papel importante na conscientização das famílias agricultoras para a preservação ambiental, geração de renda e sucessão rural. Eles estimulam as famílias, que antes trabalhavam com agricultura convencional e usavam técnicas seculares de degradação ambiental, como as queimadas, a migrarem para os sistemas agroflorestais. Esse é um passo estratégico para a recuperação e preservação ambiental, além de estimular o cultivo de uma diversidade de frutíferas, forrageiras nativas, entre outras, proporcionando a produção e o consumo de alimentos saudáveis, fomentar a preservação de sementes nativas, estimular a troca entre os/as agricultores/as, evitando o uso de sementes transgênicas cedidas por alguns órgãos, principalmente nos períodos de estiagem. (Henrique Luis, 19 anos, Pernambuco. Organização e trabalho coletivo como fatores fundamentais para o exercício da cidadania das juventudes. Revista Meio Ambiente e Juventude, no. 1, outubro de 2014, pp. 16).

(d) Participação, articulação e institucionalização

Uma demanda recorrente é a garantia da efetiva participação juvenil nos espaços de planejamento, decisão, execução e avaliação de políticas socioambientais, nos debates que envolvam temas estratégicos, como a inclusão dos recursos naturais entre os bens de comuns. Considerando a água como um direito humano, desejam participar dos comitês de bacias hidrográficas. Desejam incidir de maneira efetiva no debate internacional relacionado ao meio ambiente (nos temas da desertificação, biodiversidade, mudanças climáticas, na agenda Pós 2015).

Com vistas à articulação, sugerem a constituição de um fórum permanente de Juventude e Meio Ambiente na Secretaria Nacional de Juventude, com recursos conjuntos da Secretaria e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Trata-se de uma questão controversa, na medida em que alguns jovens alertaram para que a política de juventude referente à questão ambiental não fique setorizada, uma vez que todos os segmentos juvenis deveriam estar comprometidos com ela, por comportar um debate que remete à transversalidade no âmbito das políticas públicas. A juventude reconhece a necessidade e reivindica a capacitação para a atuação nos diversos fóruns e conselhos. Uma sugestão mencionada na Oficina foi a destinação de 20% dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente para ações de capacitação, articulação e mobilização juvenil para questões ambientais e de sustentabilidade. Outra foi a criação de um fundo nacional de juventude, com a garantia de uma linha estratégica para o meio ambiental.

Para além destes quatro grupos, os jovens apresentam outras demandas clássicas da agenda ambiental, que estão vinculadas diretamente aos direitos da juventude, como a proteção, a preservação, a conservação do meio ambiente, da água, das matas ciliares e florestas, o combate ao desmatamento e às queimadas, a revitalização de parques e bosques municipais; a criação de viveiros para cultivo e distribuição de plantas nativas para reflorestamento; a conservação do patrimônio genético e a repartição dos benefícios dele oriundos; a preservação da biodiversidade; a geração de energia limpa e de fontes renováveis (energia solar descentralizada, eólica, maré motriz entre outras).

NOTA FINAL

O respeito ao meio ambiente é um tema caro à juventude. Tanto que, na pesquisa Agenda Juventude 2013, 31% dos jovens declararam que este é um dos três valores mais importantes para um mundo ideal (e ficou em 4ª lugar nas preferências juvenis). Por isso, as demandas juvenis apresentadas neste documento são elementos inspiradores para o desenho final das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente que seria o foco do eixo "Sustentabilidade e Meio Ambiente" na 3ª Conferência Nacional de Juventude.

Em diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude, os jovens também se manifestaram sobre o que dele não deve constar e indicaram: as hidrelétricas, a privatização da água, o agronegócio, os agrotóxicos, o crescimento a qualquer custo (a partir dos chamados mega-projetos). Estas indicações demonstram que, para os jovens, o "direito ao meio ambiente equilibrado e à sustentabilidade" coloca em xeque o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil.

Por fim, jovens e coletivos juvenis têm apontado a necessidade de que seja feito um esforço de definição do conceito de sustentabilidade, de modo a incluir as noções de justiça social e ambiental e de bem comum. E que esta definição seja incorporada aos documentos oficiais, como a Constituição Federal

Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente

O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 390[1], de 18 de novembro de 2015. O Plano tem como objetivo a promoção e integração das políticas públicas ambientais que efetivem os direitos da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente, garantidos no Estatuto da Juventude.

O PNJMA deverá integrar o Sistema Nacional de Juventude-SINAJUVE, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Os princípios do Estatuto da Juventude deverão orientar a implementação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

DIRETRIZES

- *Participação de jovens nas políticas públicas de meio ambiente, em especial no controle social da gestão*

ambiental;

- *Estímulo e fortalecimento dos movimentos, redes e organizações que atuam na*
- *Temática juventude e meio ambiente, em especial as organizações juvenis;*
- *Apoio a trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável;*
- *Ampliação da conservação ambiental com inclusão social;*
- *Reconhecimento do valor ecossistêmico dos territórios pelos jovens;*
- *Valorização das identidades e diversidades individual e coletiva.*

OBJETIVOS

- *Ampliar e qualificar a participação dos jovens na redução de emissões de gases de efeito estufa, na adaptação à mudança do clima e nas negociações internacionais sobre o tema;*
- *Ampliar a participação de jovens na gestão de resíduos sólidos;*
- *Ampliar a participação de jovens na gestão dos recursos hídricos;*
- *Ampliar a implementação, a oferta e as condições favoráveis para práticas de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS);*
- *Aumentar a qualidade e a quantidade de processos de formação e participação de jovens no enfrentamento da injustiça ambiental;*
- *Ampliar o acesso às informações e às condições necessárias para que o jovem possa atuar como agente de transformação em relação aos desafios apresentados pela redução da biodiversidade;*
- *Apoiar a regularização ambiental brasileira, com participação efetiva da juventude rural;*
- *Ampliar a conservação ambiental com inclusão social, por meio do acesso à infraestrutura e fomento à produção sustentável aos jovens de povos e comunidades tradicionais;*
- *Valorizar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens, para que participem dos processos decisórios sobre o aproveitamento das oportunidades relacionadas ao uso dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio genético de seus territórios;*
- *Ampliar o número de jovens identificados com o território, com conhecimento de seu valor ecossistêmico e engajados no desenvolvimento regional;*
- *Aprimorar o conhecimento dos jovens sobre o uso adequado de produtos químicos e substâncias perigosas;*
- *Incentivar e promover estudos, pesquisas e extensão nos institutos federais e universidades, sobre juventude e meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.*

O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente será implementado pela União em regime de cooperação com

Estados, Distrito Federal e municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

A execução e gestão do PNJMA será feita pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela sociedade civil, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Poderão participar das reuniões, a convite de sua coordenação, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exercem atividades relacionadas à juventude e meio ambiente.

A participação nas instâncias de gestão do PNJMA será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Compete aos executores e gestores do PNJMA:

- *Articular os órgãos e entidades do poder executivo federal e a sociedade civil para apoiar, orientar e supervisionar a implementação do PNJMA;*

- *Observar as deliberações pertinentes do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), do conselho nacional de meio ambiente (Conama), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), dentre outras instâncias de participação já constituídas;*

- *Sistematizar e divulgar os projetos e ações do plano, garantindo a transparência e o controle social em todas as fases de sua implementação;*

- *Promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de juventude e meio ambiente, o intercâmbio de informações e a contratação de estudos e pesquisas, para estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando ao acompanhamento e à avaliação de projetos de juventude e meio ambiente;*

- *Elaborar plano de trabalho detalhando a organização e funcionamento da execução e gestão do pnjma com vistas à implementação das ações.*

O financiamento de ações previstas no PNJMA será acordado entre os ministérios e estabelecido por meio dos instrumentos adequados.

A responsabilidade de cada ministério com relação ao cumprimento e ao financiamento das atividades do PNJMA terá em cada órgão sua respectiva referência, mediante as metas assumidas durante a primeira reunião da instância de gestão.

1. O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente considera a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002; a Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude; a Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente; a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Lei no 12.187, de 19 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e a Lei no 13.123, de 2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (Lei da Biodiversidade).

Apoio:

unesco

ITAIPU BINACIONAL

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

IICA

Órgão Gestor da PNEA

MINISTÉRIO DO **MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

MINISTÉRIO DA **EDUCAÇÃO**

MINISTÉRIO DA **INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO